



FUNDAÇÃO
renova

PROGRAMA DE INDENIZAÇÃO MEDIADA
Políticas Indenizatórias

Setembro/2017

SUMÁRIO

1	Introdução.....	11
2	Objetivo.....	11
3	Contexto do Programa de Indenização Mediada	11
3.1	Visão Geral do Impacto	11
3.2	Status atual do PIM	17
4	Parâmetros Indenizatórios.....	23
4.1	Exemplo de indenização através dos protocolos	26
5	Políticas Indenizatórias	27
5.1	Relação entre protocolo de elegibilidade, matriz de danos, protocolo de documentos comprobatórios e as políticas indenizatórias	31
5.2	Grupos impactados submetidos às políticas indenizatórias.....	33
6	POLÍTICA INDENIZATÓRIA PARA EMPREENDIMENTOS DE TURISMO PARA REGIÃO DA FOZ DO RIO DOCE (POVOAÇÃO E REGÊNCIA).....	34
6.1	O Ciclo Turístico	35
6.2	Antecipação das Indenizações.....	36
6.3	Metodologia de Construção Coletiva	37
6.3	As Comprovações	40

6.4 A Proposta de Indenização	41
7 POLÍTICA INDENIZATÓRIA PARA EMPREENDIMENTOS AREEIROS.....	44
7.1 Razões para construção de uma política de indenização	44
7.2 Metodologia de Construção Coletiva	45
7.3 Pactuação	46
7.4 Antecipação.....	47
7.5 Construção da Proposta	47
7.6 Cálculo e Comprovações do valor da indenização.....	47
7.6.1 Cálculo e comprovação da perda de margem de contribuição	48
7.6.2 Cálculo e comprovação das despesas extras de retomada da produção.....	51
7.6.3 Cálculo e comprovação do incremento dos custos operacionais	52
7.6.4 Comercialização.....	53
8 POLÍTICA INDENIZATÓRIA PARA SETOR DA PESCA..	54
8.1 Proibição da pesca nas águas continentais do Rio Doce.....	54
8.2 Proibição da pesca nas águas marinhas adjacentes a foz do Rio Doce..	55
8.3 Razões para construção de uma política de indenização	56
8.4 Antecipações de Indenização.....	57
8.5 Metodologia de construção coletiva.....	57

8.6 Metodologia da Indenização.....	59
8.6.1 Classificação quanto ao tipo de atividade	59
8.6.2 Classificação quanto à região pesqueira.....	65
8.6.3 Classificação quanto à categoria de pesca	66
8.7 Composição da proposta indenizatória.....	66
8.8 Metodologia de Cálculo das Rendas Mensais.....	72
8.8.1 Definição e escolha da modelagem matemática para a indenização.....	72
8.8.2 Levantamento de Custos:.....	73
8.8.3 Levantamento de renda para o setor pesqueiro Continental	73
8.8.4 Levantamento de renda para os setores pesqueiros estuarinos e marinhos	75
9 ATENDIMENTOS.....	76
9.1 Convocação dos impactados.....	77
9.2 Opções para o impactado no âmbito do PIM e relação com o auxílio emergencial	78
9.3 Assistência jurídica	81
9.3.1 Plano de Assistência Jurídica aos Impactados.....	81
10 AÇÕES APÓS INDENIZAÇÃO	82
11 CONCLUSÃO	87

1 Introdução

A Fundação Renova, através da equipe do Programa de Indenização Mediada (PIM), apresenta por meio do presente documento informações sobre o programa de indenização provendo uma visão ampla sobre os grupos de pessoas impactadas e seus danos, os conjuntos de parâmetros para atendimentos das mesmas e introduz o conceito de “políticas indenizatórias”.

2 Objetivo

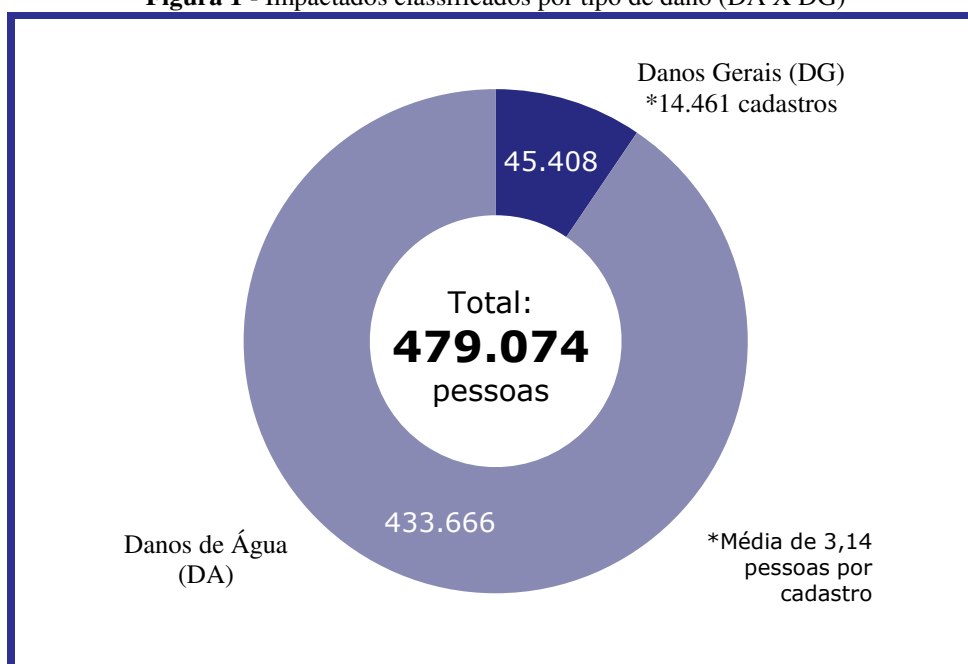
O objetivo deste documento é apresentar, aos membros desta Câmara Técnica de Organização Social, o histórico, razões e soluções que culminaram na criação das “políticas indenizatórias” aqui discutidas. Estas informações tem como objetivo embasar a solicitação da Fundação Renova para que a metodologia de desenvolvimento das políticas indenizatórias seja aprovada e as consequentes indenizações sejam iniciadas.

3 Contexto do Programa de Indenização Mediada

3.1 Visão Geral do Impacto

Para se entender o universo de atendimentos previstos para o PIM como um todo, faz-se necessário estratificar a quantidade de pessoas impactadas que, atualmente, são tratadas no âmbito do programa.

Figura 1 - Impactados classificados por tipo de dano (DA X DG)



Fonte: Fundação Renova, 2017.

O cenário acima representa, para os danos de água (DA), a população total das cidades impactadas e para os danos gerais (DG) a quantidade de pessoas registradas na primeira fase do cadastramento integrado. As famílias impactadas em Mariana não fazem parte do cenário acima devido ao fato de não terem participado do cadastramento integrado da Fundação Renova em função da discussão sobre assistência técnica para cadastro naquela região.

Figura 2 - Cadastros de Impactados classificados por Unidade Federativa – DANOS GERAIS

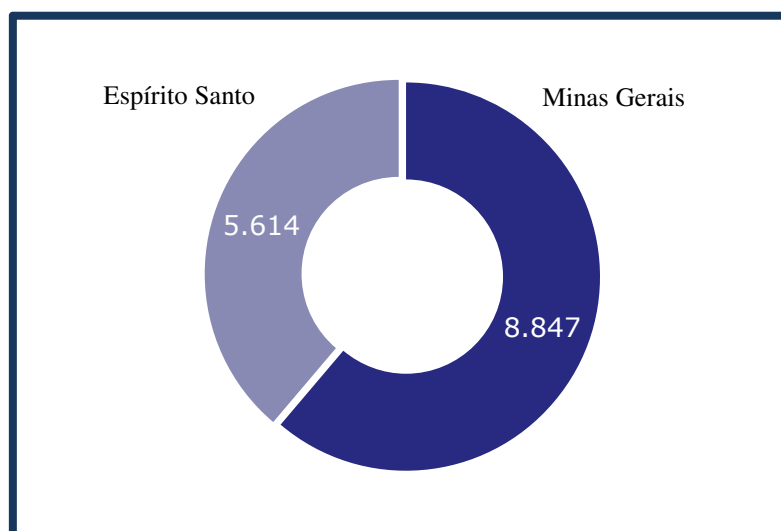
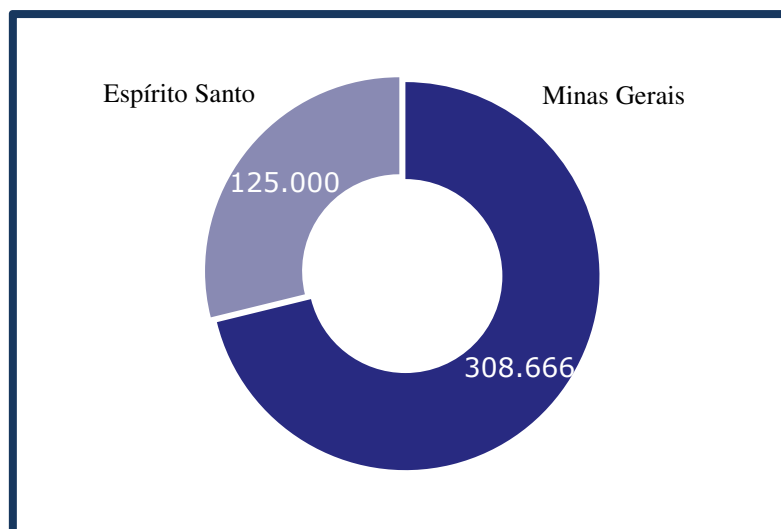


Figura 3 – Pessoas impactadas classificadas por Unidade Federativa – DANOS DE ÁGUA



A população impactada pelos danos relacionados à distribuição/abastecimento de água representa aproximadamente 90% do público total, considerando a primeira campanha de cadastro integrado. Enquanto a previsão de atendimentos para o dano de água é quantificada pelo número de pessoas impactadas por Município (conforme dados do IBGE), a previsão para os danos gerais tem por base a primeira campanha do cadastro integrado. Os Municípios impactados pelo desabastecimento/distribuição de água são listados abaixo. Estimamos o comparecimento de aproximadamente 80% da população de cada localidade.

QUADRO 1 – DANOS DE ÁGUA

DANOS DE ÁGUA			
MUNICÍPIO OU DISTRITO	Estimativa Populacional	Estimativa de Adesão	Estimativa de Atendimentos
Governador Valadares	270.000	80%	216.000
Colatina	125.000	80%	100.000
Belo Oriente (Cachoeira Escura)	7.941	80%	6.353
Periquito (Pedra Corrida)	1.500	80%	1.200
Alpercata	6.455	80%	5.164
Galiléia	6.342	80%	5.074
Tumiritinga	4.828	80%	3862
Itueta	3.600	80%	2.880
Resplendor	8.000	80%	6.400
Total	433.666	80%	346.933

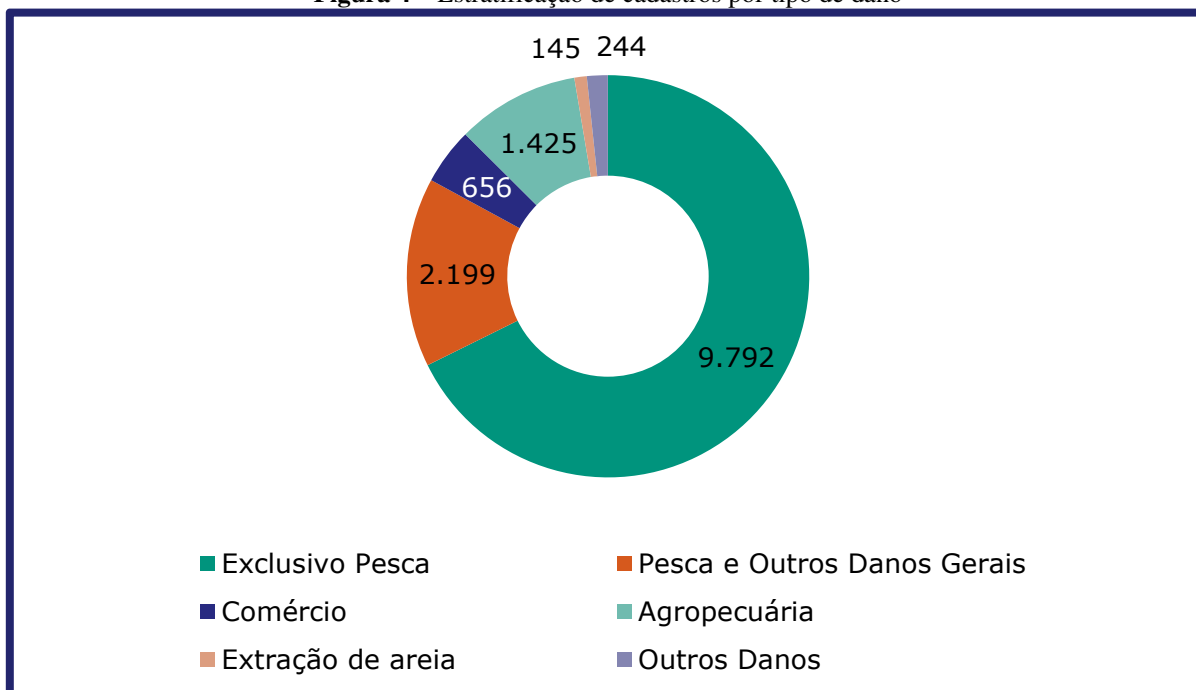
Os municípios contemplados no atendimento para danos gerais referente a campanha 01 são os mostrados na tabela abaixo. Não é possível estratificar a campanha 02, pois a mesma ainda está em andamento. A tabela abaixo mostra os escritórios, público estimado e quais municípios serão atendidos por cada um deles.

QUADRO 2 – DANOS GERAIS

DANOS GERAIS								
Escritório Regional	Município Atendido	Total	Exclusiv o Pesca	Pesca e outros danos	Comér cio/Res idência s	Agro pecuária	Extraç ão de areia	Outros
Barra Longa	Barra Longa	531	52	10	380	70	-	19
Rio Doce	Rio Doce	135	63	40	3	15	4	10
	Sta Cruz do Escalvado	174	93	50	6	13	2	10
	Sem Peixe	30	11	10	-	7	1	1
Baixo Guandu	Aimorés	1691	1317	241	6	53	52	22
	Baixo Guandu	1301	1023	194	16	27	29	12
Linhares	Linhares	2469	1783	323	143	198	2	20
	Aracruz	1028	953	55	18	1	-	1
Colatina	Colatina	661	439	150	6	58	1	7
	Marilândia	49	19	9	-	17	-	4
Gov. Valadares	Alpercata	60	2	7	-	45	-	6
	Gov. Valadares	742	400	152	17	113	21	39
Periquito	Naque	298	220	53	2	20	-	3
	Periquito	701	471	170	6	47	3	4
	Belo Oriente	848	604	192	11	34	4	3
Galiléia	Tumiritinga	1003	481	113	27	352	1	29
	Galileia	171	80	39	3	45	-	4
	Conselheiro Pena	260	137	52	2	60	6	3
Resplendor	Resplendor	252	175	39	2	24	9	3
	Itueta	252	174	45	2	24	-	7
Ipatinga	Ipatinga	71	60	5	1	4	-	1
	S. Paraíso	223	138	41	-	42	-	2
	Ipaba	144	93	10	1	38	1	1
	B. Jesus do Galho	488	410	41	2	28	1	6
	Caratinga	103	43	22	2	24	5	7
S. J. do Goiabal	S. J. do Goiabal	444	335	97	-	9	-	3
	Rio Casca	60	32	10	-	16	-	2
	Outros	272	184	29	-	41	3	15
Mariana	Mariana	*	*	*	*	*	*	*
	Total	14.461	9.792	2.199	656	1.425	145	244

O gráfico abaixo mostra a estratificação dos danos declarados pelos impactados na primeira campanha de cadastro integrado.

Figura 4 – Estratificação de cadastros por tipo de dano



Fonte: Fundação Renova, 2017.

QUADRO 3 – Estratificação de danos autodeclarados

Categoria	Quantidade de Impactos Autodeclarados
<i>Terreno, Lote e Área de Preservação (Não elegível benfeitorias e produção agropecuária)</i>	128
<i>Atividade Agropecuária</i>	2298
<i>Máquinas, equipamentos e implementos</i>	160
<i>Edificações e construções civis (benfeitorias não reprodutivas)</i>	999
<i>Atividade agroindustrial</i>	11
<i>Atividade extrativista vegetal</i>	7
<i>Comércio (exceto relacionado à extração mineral)</i>	522
<i>Areeiros</i>	211
<i>Atividades extrativas minerais, exceto areeiro</i>	73
<i>Veículos</i>	40
<i>Atividade de pesca</i>	10383
<i>Criação de peixes (aquicultura)</i>	45
<i>Lavadeiras</i>	137
<i>Ocupação, trabalho e/ou renda da pessoa física, exceto pesca, comércio, extrativismo mineral, vegetal e indústria/agroindústria, agropecuária**</i>	1582
Total	16.596

Observa-se que existem 67% de cadastros cujo dano sofrido está exclusivamente relacionado à pesca. Outros 15% são relativos a cadastros relacionados à pesca e combinados a algum outro tipo de dano.

Esses dados, cuja veracidade somente poderá ser comprovada após atendimento no âmbito do PIM, mostram que grande parte do público impactado (aproximadamente 82%) declara danos relacionados à pesca. Resumidamente, os dados dos cadastros apresentados acima foram estratificados de acordo com os seguintes critérios:

- a. Exclusivo Pesca: São cadastros que declaram danos exclusivamente relacionados à pesca;
- b. Pesca e outros danos: São cadastros que declaram danos relacionados à pesca, combinado a outros tipos de dano, como agricultura ou comércio;
- c. Comércio: Cadastros que contemplam pessoas ou empreendimentos que declararam danos exclusivamente relacionados ao comércio;
- d. Agropecuária: Cadastros que contemplam pessoas ou empreendimentos que declararam danos exclusivamente relacionados à atividade agropecuária;
- e. Extração de areia: Cadastros que contemplam pessoas ou empreendimentos que declararam danos exclusivamente relacionados à atividade de extração de areia;
- f. Outros danos: Pessoas que declararam outros tipos de danos. Exemplo: carroceiros, lavadeiras, etc.

O município de Mariana não foi contabilizado devido às tratativas referentes à contratação de assessoria técnica para cadastro na região, não sendo possível contemplar dentro do planejamento apresentado. Impactados de Ponte Nova que optaram pela assistência técnica no cadastramento também estão fora deste número.

Os quantitativos demonstrados anteriormente tratam de cadastros, e não de pessoas. Um cadastro geralmente é realizado por núcleo familiar ou uma

propriedade, portanto, o número de pessoas é superior à quantidade de cadastros.

Salienta-se que não é possível realizar uma classificação intuitiva de danos por profissão (quantidade de pescadores impactados, quantidade de agricultores impactados ou quantidade de comerciantes impactados), pois, uma parcela da população declara ter sofrido mais de um tipo de dano, como, por exemplo, agricultores que também pescavam ou pescadores que também comercializavam. Esse fato impossibilita uma estratificação simplória, que correlaciona a quantidade de pessoas impactadas ao seu ofício principal.

3.2 Status atual do PIM

O programa de indenização tem instalados 30 escritórios ao longo da região impactada. Estes escritórios estão distribuídos em 16 cidades diferentes e contam com 630 funcionários garantindo, assim, a capilaridade necessária para atendimento da população impactada.

Figura 5 – Localização dos Centros de Indenização Mediada



DANOS DE ÁGUA	
MUNICÍPIO OU DISTRITO	Quantidade de Escritórios
Governador Valadares	07
Colatina	04
Belo Oriente	01
Periquito	01
Alpercata	01
Galiléia	01
Tumiritinga	01
Itueta	01
Resplendor	01

DANOS GERAIS	
MUNICÍPIO OU DISTRITO	Quantidade de Escritórios
Mariana	01
Barra Longa	01
Rio Doce	01
São José do Goiabal	01
Ipatinga	01
Periquito	01
Governador Valadares	01
Galileia	01
Resplendor	01
Baixo Guandu	01
Colatina	01
Linhares	01

Nos atendimentos para dano de água (DA) o PIM realizou R\$ **113.414.080,00** (cento e treze milhões quatrocentos e quatorze mil e oitenta reais) em indenizações tendo feito **216.470** atendimentos (dados referentes a 25/08/2017). As 4.757 são tanto as recusadas quanto as que as pessoas não conseguiram comprovar. Este número varia à medida que as assistentes sociais conseguem comprovações de residência para as pessoas impactadas.

Quadro 4 – Atendimentos de DA (consolidado em 25/08/2017)

Total de Atendimentos	Propostas Aceitas	Propostas em Avaliação	Propostas Recusadas	Cartões Creditados	Valores Creditados R\$	Taxa de Adesão
216.470	211.713	30	4.757	115.617	R\$ 113.414.080,00	97%

Quadro 5 – Pagamentos de DA (consolidado em 25/08/2017)

Município	Valor Total de Indenizações Pagas	Valor da Indenização	Nº Total de Beneficiários
Alpercata	R\$ 217.800,00	R\$ 1.000,00	213
Belo Oriente (Distrito de Cachoeira Escura)	R\$ 1.388.300,00	R\$ 1.000,00	1.363
Colatina	R\$ 37.011.480,00	R\$ 880,00	41.170
Galiléia	R\$ 74.300,00	R\$ 1.000,00	73
Governador Valadares	R\$ 73.988.200,00	R\$ 1.000,00	72.080
Ituêta	R\$ 46.500,00	R\$ 1.000,00	45
Periquito (Distrito de Pedra Corrida)	R\$ 541.400,00	R\$ 1.000,00	530
Resplendor	R\$ 51.100,00	R\$ 1.000,00	50
Tumiritinga	R\$ 95.000,00	R\$ 1.000,00	93
Total Geral	R\$ 113.414.080,00		115.617

A diferença entre o total de atendimentos realizados e a quantidade de pessoas efetivamente pagas deve-se ao tempo máximo de 90 dias entre o atendimento e o efetivo depósito no cartão do impactado e também às homologações de acordos envolvendo menores e incapazes, que dependem de sentença homologatória pelo judiciário. Como forma de agilizar tais homologações, a Fundação Renova fez convênio com universidades locais, disponibilizando estagiários para o MP e o judiciário, permitindo assim maior celeridade no processo de homologação.

Levando-se em consideração a necessidade da elaboração das políticas indenizatórias, objeto central deste documento, o Programa de Indenização Mediada tem promovido, desde dezembro de 2016, atendimentos de **antecipações** de valores a grupos de impactados cuja renda antes do evento

era superior ao valor do auxílio financeiro emergencial, de modo que recomposições econômicas possam ocorrer a comerciantes relacionados ao turismo local, empreendedores do mercado areeiro e pescadores profissionais com situação documental regularizada. Ou seja, montantes parciais são pagos, mediante comprovações de documentações mínimas, solicitadas em atendimentos individuais realizados nos Centros de Indenização Mediada, nos estados do Espírito Santo e Minas Gerais.

Até o dia 28/08/2017, foram encaminhados para pagamentos os valores abaixo assinalados:

Quadro 6 – Antecipações de Indenização em DG

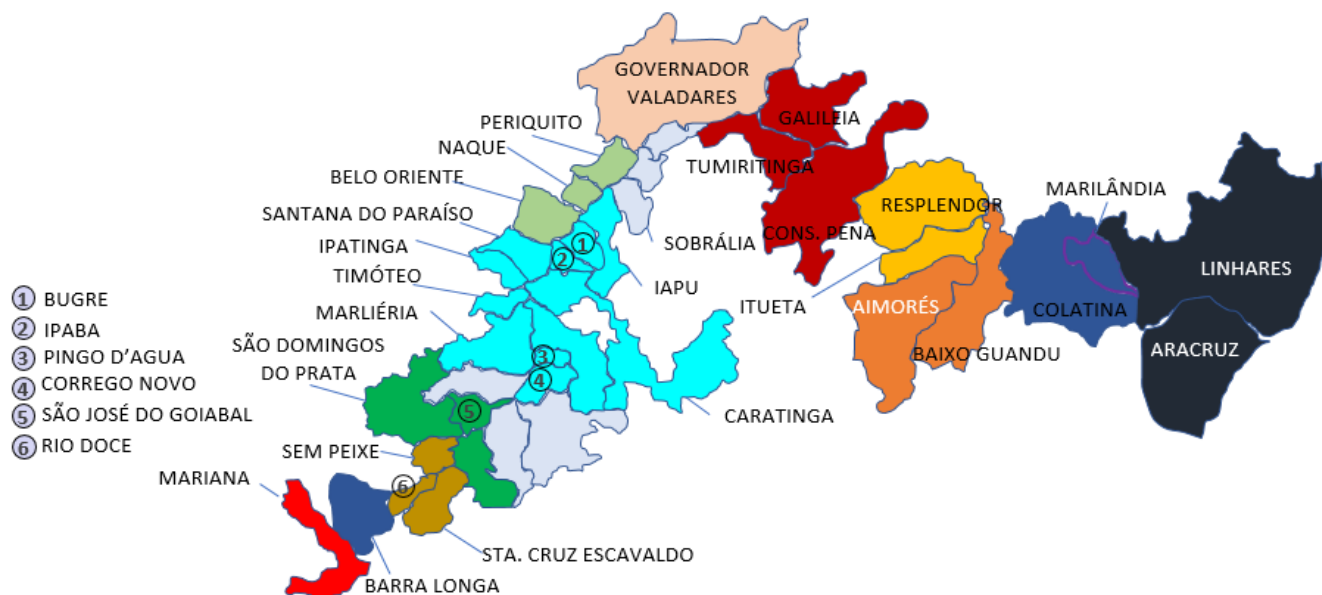
Grupos	Antecipações*	Valores Antecipados*
Comércio/Turismo - Regência	44	R\$ 507.000,00
Comércio – Barra Longa	44	R\$ 250.000,00
Areeiros	33	R\$ 2.080.000,00
Pesca	400	R\$ 3.249.150,00
Totais	521	R\$ 6.086.150,00

Figura 6 – Exemplos de atendimentos reais em DG



A seguir, apresenta-se o detalhamento dos atendimentos e antecipações ocorridas por cada escritório regional de Danos Gerais, de ambos os estados. São representados tantos atendimentos de indenizações finais quanto de antecipações.

Figura 7 – Atendimentos dos escritórios regionais do PIM



ESCRITÓRIO BARRA LONGA	
Qtde Atendimentos	153
Antecipações realizadas	90
Valor Antecipado	R\$610.000,00

ESCRITÓRIO RIO DOCE	
Qtde. Atendimentos	1
Antecipações realizadas	1
Valor Antecipado	R\$ 7.000,00

ESCRITÓRIO GOVERNADOR VALADARES	
Qtde Atendimentos	99
Antecipações realizadas	48
Valor Antecipado	R\$2.251.000,00

ESCRITÓRIO LINHARES	
Qtde Atendimentos	251
Antecipações realizadas	150
Valor Antecipado	R\$1.713.150,00

ESCRITÓRIO SÃO JOSÉ DO GOIABAL	
Qtde. Atendimentos	12
Antecipações realizadas	12
Valor Antecipado	R\$ 84.000,00

ESCRITÓRIO IPATINGA	
Qtde. Atendimentos	9
Antecipações realizadas	7
Valor Antecipado	R\$ 49.000,00

ESCRITÓRIO BAIXO GUANDÚ	
Qtde Atendimentos	72
Antecipações realizadas	28
Valor Antecipado	R\$196.000,00

ESCRITÓRIO COLATINA	
Qtde Atendimentos	151
Antecipações realizadas	97
Valor Antecipado	R\$679.000,00

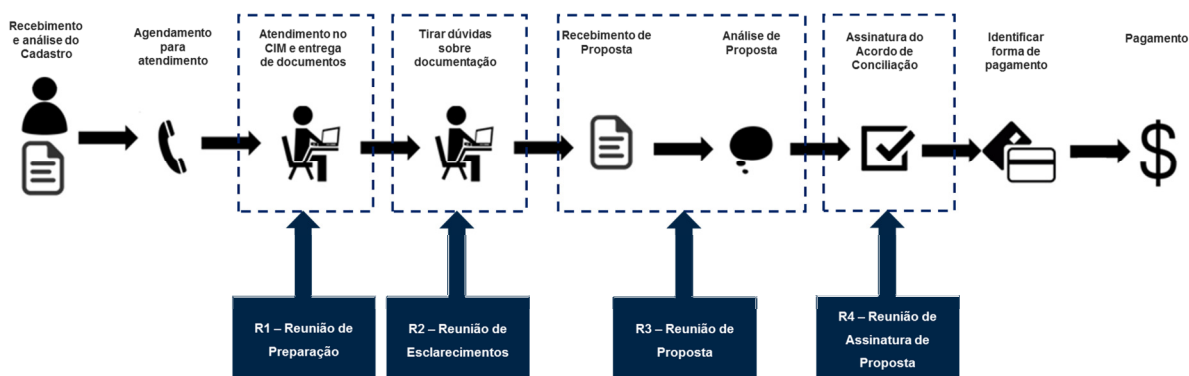
ESCRITÓRIO PERIQUITO	
Qtde. Atendimentos	32
Antecipações realizadas	23
Valor Antecipado	R\$ 161.000,00

ESCRITÓRIO GALILÉIA	
Qtde Atendimentos	60
Antecipações realizadas	16
Valor Antecipado	R\$112.000,00

ESCRITÓRIO RESPLENDOR	
Qtde Atendimentos	45
Antecipações realizadas	32
Valor Antecipado	R\$224.000,00

O processo de indenização ocorre durante um conjunto de encontros individualizados, os quais são conduzidos e acompanhados obrigatoriamente por equipes de mediação neutras e independentes. Estas reuniões estão subdivididas nas seguintes etapas: **ingresso, esclarecimentos, proposta e assinatura do termo de conciliação**, conforme ilustrado nas imagens a seguir.

Figura 8 – Etapas de atendimento para danos gerais (DG)



É importante assinalar que o processo de adesão ocorre de forma absolutamente voluntária, sendo facultado ao impactado aderir ou não ao Programa de Indenização Mediada, bem como aceitar os valores apresentados pela Fundação Renova. Uma vez realizada a proposição dos montantes finais, calculados com base nas documentações disponibilizadas pelos impactados, há que se assegurar o período de 15 dias de forma que o atendido possa analisar cautelosamente o valor final proposto. No pedido de dilação de prazo, para que seja possível o atendimento do cronograma proposto, esse prazo de 15 dias precisa necessariamente ser adequado para 5 dias.

Até o presente momento, por meio do processo supracitado, 624 pessoas estão agendadas ou encontram-se em atendimento nos Centros de Indenização Mediada. A Fundação Renova encaminhou para pagamento de indenizações finais de Danos Gerais um montante de **R\$ 1.931.316,07**, lembrando que este valor não é relativo às antecipações, mas sim a acordos definitivos com impactados.

O planejamento das atividades para os próximos meses mostrando o universo de pessoas a ser atendidas por escritório em cada região, as metas intermediárias de atendimento e o novo prazo solicitado para término do programa encontra-se no anexo I, documento este já encaminhado a esta CTOS. Vale ressaltar que diante da ausência de definição sobre a dilação do prazo para o PIM, as datas contidas no documento citado podem sofrer revisões.

4 Parâmetros Indenizatórios

Os parâmetros indenizatórios referem-se aos conjuntos de regras, valores e comprovações que definem questões como: (i) elegibilidade de participação da pessoa impactada no programa, (ii) os montantes indenizatórios os quais a pessoa possui direito e (iii) a documentação comprobatória necessária para ingresso no programa.

Com objetivo de oficializar a adoção destes parâmetros e possibilitar a execução do PIM, a Fundação Renova criou documentos que organizam os conceitos acima. Estes documentos foram oportunamente submetidos à CTOS onde, após várias sugestões de mudança, foram aprovados pelo CIF. Existem três documentos mestres que sumarizam as funções supracitadas, sendo eles:

1. **Protocolo de elegibilidade:** É o documento que contém as regras para que uma pessoa impactada diretamente pelo evento possa realizar seu ingresso ao PIM. O documento traz o conceito de “grupos de danos”, o qual lista 12 possíveis grupos cujos impactos compartilham características comuns entre si:

Quadro 7 – Grupos de danos do protocolo de elegibilidade

1	Interferência em bens privados – residências.
2	Interferência em bens privados – veículos.
3	Interferência no trabalho e renda da pessoa física.
4	Interferência nos modos de vida (água).
5	Fatalidades ou desaparecimentos.
6	Incapacidade e lesão corporal.
7	Produção agrícola e agropecuária.
8	Setor da pesca (atividade permanente de pesca).
9	Areeiros, garimpeiros e mergulhadores.
10	Lavadeiras.
11	Balseiros, barqueiros e boteiros.
12	Empresários individuais, micro e pequenas empresas.

Na construção do protocolo de elegibilidade houve a preocupação de se explicitar categorias tradicionais das regiões impactadas como: balseiros, boteiros, lavadeiras, mergulhadores e outros. Entretanto, é importante esclarecer que eventuais setores profissionais que não estão explicitamente

descritos no protocolo de elegibilidade **não** estão impedidos de serem elegíveis ao PIM.

O principal parâmetro para se definir se uma pessoa é elegível ou não à indenização é o impacto direto que ela teve em seu labor devido ao rompimento da barragem de Fundão, e isso transcende qualquer classificação profissional a qual esta pessoa está enquadrada. Sendo assim, qualquer pessoa que tenha tido um impacto direto na sua geração de renda e não pertença aos grupos profissionais específicos do protocolo de elegibilidade (pescadores, balseiros, lavadeiras e outros) poderão se enquadrar, sem maiores dificuldades, no grupo de danos 03 (“*Interferência no Trabalho e Renda de Pessoa Física*”).

2. Matriz de danos: É o documento que lista todos os possíveis danos sofridos pelos impactados diretos do rompimento da barragem de Fundão e apresenta valores monetários para cada um deles. Estes valores foram obtidos através de metodologias certificadas pelo IBAPE (Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia) e conta com quase 700 danos individuais listados. Possui valores para danos materiais obtidos através de pesquisas de mercado e referências técnicas (SINDUSCON, Emater, Incaper, Embrapa, SECOVI e outros) e também valores relativos a danos morais provenientes de jurisprudências brasileiras. É a partir das comprovações, sejam elas documentais ou por meio de visita *in loco*, em conjunto com a matriz de danos, que consegue-se definir o valor indenizatório.

3. Protocolo de Documentos Comprobatórios: É o documento que lista, por grupo de danos, quais os meios comprobatórios que as pessoas impactadas podem utilizar para comprovar o dano direto decorrente do rompimento.

Uma vez apresentados os conceitos acima, um processo convencional de indenização no PIM ocorre através da utilização dos documentos apresentados seguindo o fluxo abaixo:

Figura 9 – Fluxo convencional para indenização



Dos 30 (trinta) escritórios existentes hoje no PIM, 18 (dezoito) são destinados ao atendimento dos **danos de água** (escritórios de DA) e 12 (doze) são destinados aos atendimentos de **danos gerais**. Embora hoje seja nítido que estes dois “ramos” do programa possuem características de atendimento e dinâmicas bem distintas, ambos os tipos de danos advém do mesmo protocolo de elegibilidade.

Os escritórios de danos de água visam a atender as pessoas que, segundo o protocolo de elegibilidade, se enquadraram no grupo de danos 04 (“Interferência no modo de vida (água)”). De maneira semelhante aos danos gerais, as pessoas que tiveram o dano de água tem sua indenização valorizada pela matriz de danos e também se submetem à apresentação da documentação comprobatória constante no protocolo de documentos comprobatórios. Portanto, a relação entre o protocolo de elegibilidade, atendimentos de danos gerais e atendimentos de danos de água é mostrada abaixo:

Quadro 8 – Grupo de danos por tipo de atendimento

1	Interferência em bens privados – residências.
2	Interferência em bens privados – veículos.
3	Interferência no trabalho e renda da pessoa física.
4	Interferência nos modos de vida (água).
5	Fatalidades ou desaparecimentos.
6	Incapacidade e lesão corporal.
7	Produção agrícola e agropecuária.
8	Setor da pesca (atividade permanente de pesca).
9	Areeiros, garimpeiros e mergulhadores.
10	Lavadeiras.
11	Balseiros, barqueiros e boteiros.
12	Empresários individuais, micro e pequenas empresas.



Danos Gerais



Danos de Água

4.1 Exemplo de indenização através dos protocolos

Por razões didáticas, imagine um caso hipotético de um agricultor que resida próximo ao rio Doce e declarou a perda de 10 (dez) bois devido a impossibilidade de dessedentação.

Este agricultor estaria enquadrado no grupo 7 do protocolo de elegibilidade, mais precisamente sob o subgrupo 7.5 (*"Perda de animais da atividade agropecuária"*), fato este que o torna elegível a ingressar no programa.

Quadro 9 – Seção do protocolo de elegibilidade para perda de animais da atividade agropecuária

Grupo		Dano		Elegibilidade
7	Produção agrícola e agropecuária	7.5	Perda de animais da atividade agropecuária	Serão elegíveis as pessoas físicas ou jurídicas que perderam animais utilizados ou não para fins econômicos, em virtude do impacto direto causado pela lama e/ou incapacidade de manutenção da criação/reprodução devido a desabastecimento de água ou água imprópria para consumo. Para fins de verificação da incapacidade serão consideradas as ações realizadas pela Samarco ou pela Fundação Renova no âmbito de outros programas.

Após passar pela elegibilidade, o dano deste agricultor é valorado, através da aplicação da matriz de danos, a qual aponta um valor unitário de R\$ 2.288,00 por animal perdido. Vale lembrar que este valor tem por base o ano de 2015 e, no ato do pagamento, o mesmo será corrigido monetariamente pelo IPCA, como definido no TTAC.

Quadro 10 – Seção da matriz de danos mostrando o valor do boi de corte

# Grupo	Dano indenizado	Dano unitário	Valor unitário (R\$)	Unidade de medida
1	Lucro cessante por interrupção da produção agrícola	Tomate (Quintal) (Receita da 1ª S	6,05	Planta
1	Lucro cessante por interrupção da produção agrícola	Tomate (Quintal) (Lucro de 01 Sa	2,17	Planta
7	Lucro cessante por interrupção da produção agrícola	Tomate (Grandes Produtores) (St	47.807,10	Ha
7	Perda de animais da atividade agropecuária	Bezerro de Corte	825,00	Unidade
7	Perda de animais da atividade agropecuária	Bezerro Leiteira	1.250,00	Unidade
7	Perda de animais da atividade agropecuária	Bezerro de Corte	1.080,00	Unidade
7	Perda de animais da atividade agropecuária	Bezerro Leiteiro	520,00	Unidade
7	Perda de animais da atividade agropecuária	Boi de Corte	2.288,00	Unidade
7	Perda de animais da atividade agropecuária	Boi Reprodutor Leiteiro	2.860,00	Unidade
7	Perda de animais da atividade agropecuária	Cachaço	670,00	Unidade
7	Perda de animais da atividade agropecuária	Carpa Alevis	220,00	Milheiro

Por fim, resta a aplicação do protocolo de documentos comprobatórios para que este agricultor comprove a existência dos animais antes do rompimento.

Quadro 11 – Seção do protocolo de documentos comprobatórios mostrando a documentação necessária para comprovação da posse dos animais

Grupo		Dano		Documentos comprobatórios
7	Produção agrícola e agropecuária	7.5	Perda de animais da atividade agropecuária	Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), cadastro de produtor rural do IMA, comprovação de vacinação IMA, registro de estabelecimentos de leite e derivados IMA, extratos de leilão, notas fiscais ou ficha do IDAF acompanhados de visita técnica para comprovação a perda dos semoventes.

Na maioria das vezes, o produtor rural comprova a posse dos animais através das fichas de vacinação. Neste caso hipotético, este produtor rural estaria habilitado ao recebimento da indenização pela perda dos animais.

5 Políticas Indenizatórias

O motivo que levou à necessidade da criação dessas propostas, chamadas de “políticas de indenização”, se deve ao alto grau de informalidade nos diversos setores impactados e à grande dificuldade de comprovação documental por parte destas pessoas. Foram identificados muitos casos de pessoas que: não conseguem comprovar sua própria renda, que não sabem qual sua própria renda, que têm dúvidas de como mensurar um dano ainda não cessado, que têm dúvida sobre o fim do dano, não conseguem comprovar o quanto perderam, não conseguem comprovar o exercício de um ofício impactado e não conseguem comprovar local de residência.

Além de buscar uma alternativa para a população ao propiciar formas de os impactados receberem a indenização no ambiente de alta informalidade, as propostas que serão apresentadas permitem um processo indenizatório mais célere e facilitado ao impactado. Por fim, entendemos que o risco de judicialização pode aumentar caso seja mantida a estrutura de indenização atual, conforme descrito abaixo:

A cláusula 21 do TTAC descreve a documentação necessária que a pessoa impactada deve fornecer durante a fase do cadastro integrado para comprovação dos danos e que suportarão o processo de indenização:

"CLÁUSULA 21: O cadastro se refere às pessoas físicas e jurídicas (neste último caso, apenas micro e pequenas empresas), famílias e comunidades, devendo conter o levantamento das perdas materiais e das atividades econômicas impactadas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Para cadastro, o IMPACTADO deverá apresentar, por meio de documentos públicos ou privados, ou outros meios de prova, comprovação de dados pessoais, idade, gênero, composição do núcleo familiar, local de residência original, ocupação, grau de escolaridade, renda familiar antes do EVENTO, número de documento de identidade e CPF, se houver, fundamento do enquadramento como IMPACTADO, comprovação dos prejuízos sofridos, por meio de documentos públicos ou privados, ou outros meios de prova, e outros dados que venham a se mostrar necessários.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Em casos excepcionais, a FUNDAÇÃO poderá aceitar que os IMPACTADOS que não possuam os documentos mencionados no parágrafo anterior poderão comprovar as informações requeridas mediante declaração escrita a ser feita, sob as penas da lei, conforme PRIMEIROTERMO ADITIVO AO TERMO DE COMPROMISSO SOCIOAMBIENTAL PRELIMINAR celebrado com o Ministério Público Federal, do Trabalho e do Estado do Espírito Santo em 4 de dezembro de 2015."

Entretanto, ao longo do processo indenizatório, percebeu-se que a maioria dos impactados cadastrados se encaixava nas condições do parágrafo segundo, o qual deveria ser exceção.

Sendo assim, a execução do PIM através dos moldes comprobatórios convencionais mostrou-se inviável para o objetivo final do programa, que é permitir a reparação individual dos danos sofridos, sendo uma opção justa, ágil e voluntária aos impactados. Assim, a forma de viabilizar as indenizações e evitar a judicialização, será através das políticas indenizatórias, que podem ser entendidas como:

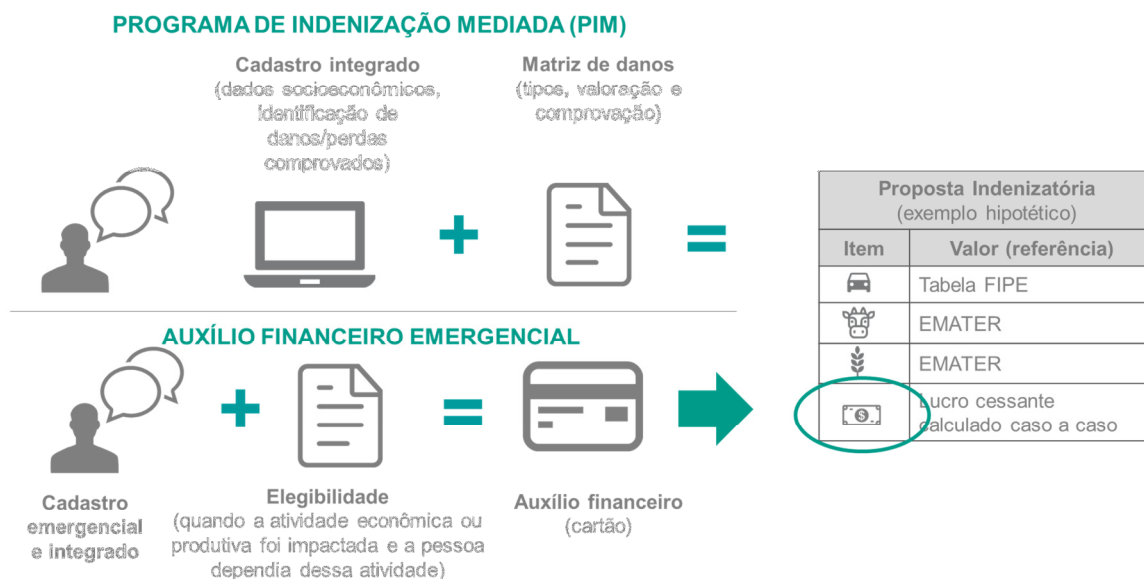
- Conjunto de critérios construídos junto às pessoas impactadas, entes técnicos e poder público que permite o pagamento final da indenização;
- Construção de critérios de forma consensual (não é unilateral) e participativa;
- Construção de parâmetros e estimativas através de métodos técnicos;
- Uma alternativa justa, viável e célere que permite o acesso à indenização para impactados com dificuldade de comprovação e em um ambiente de alta informalidade;
- Gera acordos coletivos que fazem parte da negociação individual com os impactados;
- Quantifica aquilo que não é possível comprovar.

Importante destacar que a elaboração das políticas de indenização é um complemento ao modelo de indenização atual, sendo mais uma alternativa oferecida, tendo o impactado as seguintes possibilidades:

- Receber indenização mediante comprovações do dano sofrido;
- Receber indenização conforme políticas de indenização ou;
- Continuar recebendo o auxílio financeiro e ser indenizado pelos demais danos, exceto renda.

No que tange à relação entre o PIM e o programa de auxílio financeiro emergencial, a figura abaixo representa como o auxílio está sendo considerado no momento da indenização.

Figura 10 – Relação entre auxílio emergencial e indenização



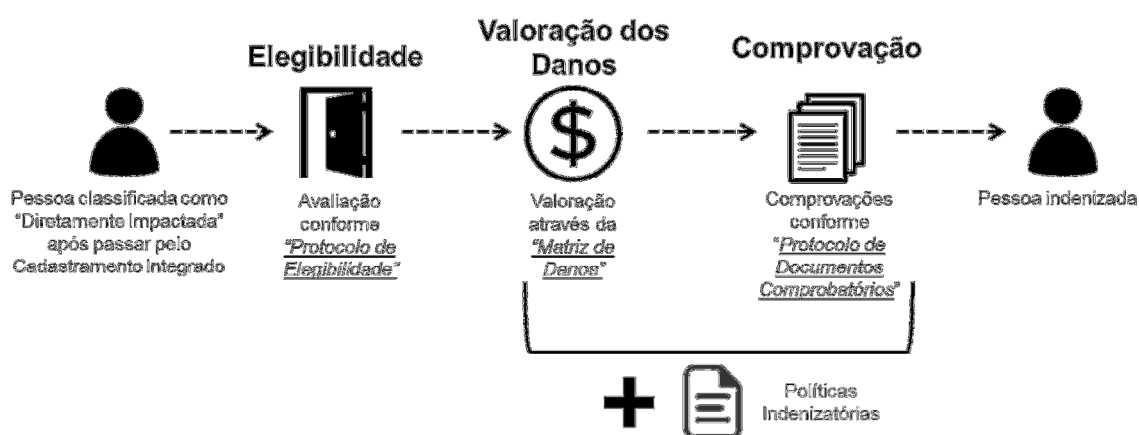
Os valores recebidos pelos impactados no auxílio são considerados na linha indenizatória de lucro cessante ou renda. Assim, os parâmetros de perda de renda e fim do dano (conforme comprovações ou através das políticas), são utilizados para os cálculos dos valores referentes às perdas econômicas. Dessa forma, após a finalização do acordo, o auxílio não mais será creditado, visto que os valores referentes às perdas de renda foram incluídos na composição da proposta. Portanto, não se trata de um processo de simples retirada do auxílio, mas sim de uma mensuração mais próxima da perda econômica sofrida, sendo considerada no processo de indenização.

Na medida em que avançam o processo de cadastro, com mais informações disponíveis, e os atendimentos no PIM, consegue-se chegar mais próximo da mensuração do dano real sofrido. Assim, é possível reparar a perda de renda de acordo com a realidade anterior ao rompimento, evitando assim a continuidade de distorções provenientes do valor padronizado do auxílio financeiro emergencial. Portanto, na medida em que avançamos na implantação dos referidos programas, o PIM e o auxílio financeiro emergencial passam cada vez mais a se integrarem. A manutenção do auxílio após a celebração do acordo traria uma situação grave, na qual um mesmo dano estaria sendo reparado duas vezes (*bis in idem*), propiciando o enriquecimento ilícito do impactado.

5.1 Relação entre protocolo de elegibilidade, matriz de danos, protocolo de documentos comprobatórios e as políticas indenizatórias

As políticas indenizatórias são metodologias que não estavam inicialmente previstas no programa de indenização e foram sendo percebidas como necessárias a medida que o processo indenizatório foi iniciado. Estas políticas não substituem a tríade de documentos mestres do programa (protocolo de elegibilidade, matriz de danos e protocolo de documentos comprobatórios), mas sim a complementa.

Figura 11 – Relação entre protocolo de elegibilidade, matriz de danos, protocolo de documentos comprobatórios e as políticas indenizatórias



As políticas indenizatórias representam uma fonte de informação imprescindível quando as pessoas impactadas não conseguem enquadrar suas perdas econômicas através da matriz de danos e também não conseguem comprovar seus prejuízos através da matriz de documentos comprobatórios. Desta maneira, é feito um processo participativo para a construção das políticas, a qual gera novos parâmetros e este realimentam a matriz de danos e o protocolo de documentos comprobatórios.

Para exemplificar, um dos parâmetros mais dependentes da política indenizatória é o "lucro cessante" da atividade laboral. As perdas materiais

constantes na matriz de danos possuem valores fixos e determinados através de fontes oficiais como, por exemplo: valor de um boi, valor de uma âncora, valor de um carro, valor do m² do pasto e outros. Entretanto, quando se trata de “lucro cessante”, é de se imaginar que cada pessoa possua uma renda diferente de acordo com seus esforços laborais. Devido a este fato, a matriz de danos do programa foi criada com a instrução específica “Calcular Individualmente” na linha de lucro cessante, como pode ser observado na linha grifada em amarelo abaixo:

Quadro 12 – Seção da matriz de danos sobre lucro cessante

# Grupo	Dano indenizado	Dano unitário	Valor unitário (R\$)	Unidade de medida
8	Comprometimento da atividade econômica pesqueira com prejuízo à renda	Comprometimento Da Atividade Econômica Pesqueira Com Prejuízo À Renda	Calcular individualmente	Impactado
8	Perda de equipamento de pesca	Ancora Galvanizada 2Kg (Marca Bruce)	279,65	Unidade
8	Perda de equipamento de pesca	Ancora Garateia 5Kg Tam. G (Marca Apoita)	119,69	Unidade
8	Perda de equipamento de pesca	Boia Circular Classe Iii 50Cm (Marca Ativa)	133,77	Unidade

De acordo com esta premissa do programa, a renda da pessoa impactada seria calculada através de suas comprovações. Estas comprovações estão listadas no protocolo de documentos comprobatórios, como pode ser verificado abaixo:

Quadro 13 – Seção do protocolo de documentos comprobatórios para comprovar lucro cessante

Grupo	Dano	Documentos comprobatórios
8 Cadeia da pesca (atividade permanente de pesca)	8.1 Comprometimento da atividade econômica pesqueira com prejuízo à renda	Cópia das 3 últimas declarações de imposto de renda ou outra forma de comprovação documental de recebimento de valor superior ao auxílio subsistência pago pela Samarco. Rol exemplificativo: Notas fiscais, extrato bancário, análise de contas familiares antes do evento.
	8.2 Pagamento de juros e multas por quebras de contratos e atrasos	Boletos ou outra forma de comprovação dos juros ou multas em decorrência do atraso de pagamento acompanhado dos mesmos boletos antes da data do evento que estavam adimplentes. *Aplicável apenas a contas destinadas a saúde e educação.

Como foi observado que a parcela majoritária das pessoas impactadas não possui estas comprovações de renda, seria inviável o prosseguimento da indenização. Para resolver este problema, as políticas de indenização são construídas junto aos impactados de maneira a suprir estimativas bem

embasadas para a renda média de uma determinada categoria laboral. Uma vez compactuado esta estimativa de renda média com a população, ela é inserida na matriz de danos como uma nova linha e passa a fazer parte deste documento.

Em outras palavras, a política de indenização substitui valores da matriz de danos, que deveriam vir através de fontes oficiais ou através de comprovações, por valores provenientes de estimativas técnicas e que foram construídos juntamente com a população impactada.

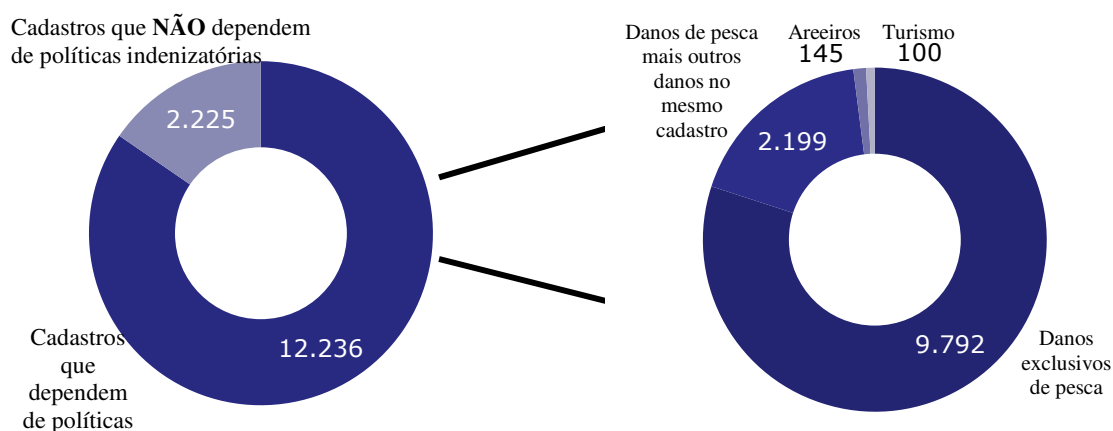
Embora o exemplo mostrado demonstre a atuação da política de indenização no caso da matriz de danos (valores de renda), a política auxilia de maneira semelhante no protocolo de documentos comprobatórios, onde também é construído junto à população documentos possíveis que possam ser utilizados para a comprovação do dano.

5.2 Grupos impactados submetidos às políticas indenizatórias

A identificação da necessidade de políticas de indenização ocorre à medida que grupos de pessoas impactadas são atendidas no PIM. Este tipo de análise não é possível apenas observando os dados do cadastro integrado pois, como descrito anteriormente neste documento, muitos dos entrevistados optaram por não fornecer documentações na etapa do cadastro, deixando esta tarefa a ser realizada durante o atendimento no PIM.

Até o momento (30/08/2017), houve a necessidade de criação de políticas indenizatórias para três grupos, sendo eles: **(i) areeiros, (ii) empreendedores de turismo da foz do Rio Doce e (iii) pessoas que praticavam atividade pesqueira.**

Figura 12 – Estratificação de cadastros que dependem de política para serem indenizados



As pessoas cujos cadastros apontam danos de pesca conjugados a outros danos, embora tenha possibilidade de ter estes outros danos tratados pelo método convencional de atendimento ao PIM, de qualquer maneira depende da política da pesca para poder ser indenizada de maneira completa.

Novos grupos de pessoas impactadas que por ventura venham necessitar de políticas indenizatórias passarão pelo mesmo processo de criação deste instrumento o qual, uma vez validado pelo CIF, será aplicado em campo. Entretanto, como pode ser observado nos gráficos acima, grande parte das pessoas impactadas, cerca de 70%, poderá ser atendida através da finalização e aprovação das três políticas citadas.

6 POLÍTICA INDENIZATÓRIA PARA EMPREENDIMENTOS DE TURISMO PARA REGIÃO DA FOZ DO RIO DOCE (POVOAÇÃO E REGÊNCIA)

Regência situa-se no quadrante sul de Linhares, junto à Foz do lado sul do Rio Doce, com distância aproximada de 45 km da sede do município. Possui uma área de aproximadamente 2.400 hectares, com 1.200 habitantes, em um total

aproximado de 330 famílias. O vilarejo, antigo reduto hippie, abriga pousadas, pequenos comércios, restaurantes, lanchonetes, casas de shows, empreendimentos relacionados ao ecoturismo, prática do surf, entre outros. Parte destes negócios é de natureza informal, enquanto que outra parcela já se encontra em situação regularizada. Povoação, uma típica vila de pescadores, localiza-se à margem norte do Rio Doce, distando 38 km da sede de Linhares. Sua população está estimada em 3.250 pessoas. O local concentra empreendimentos majoritariamente informais, como “botecos”, mercearias, algumas pousadas, “cabanas” (pequenos restaurantes com cardápios predominantes de petiscos de pescados), além de comerciantes em geral e ambulantes locais.

A partir da chegada da pluma à região, buscou-se compreender quais haviam sido os impactos na rentabilidade comercial destes empreendimentos, para que se pudesse iniciar o processo de indenizações individuais, de forma justa e célere. No entanto, mediante análise das comprovações apresentadas por meio do processo de cadastramento, observaram-se elevados patamares de informalidade, dificultando a identificação de valores plausíveis para indenizações. A autodeclaração tornou-se, neste momento, argumentação recorrente entre empreendedores do grupo de impacto. No entanto, diante da impossibilidade de se estabelecer parâmetros comparativos entre o “antes” e o “depois”, a exemplo de taxas de ocupação de hospedagens, fez-se necessário avançar com a criação de uma política de indenização do turismo, de modo que se pudesse oferecer ressarcimentos coerentes com a realidade local.

6.1 O Ciclo Turístico

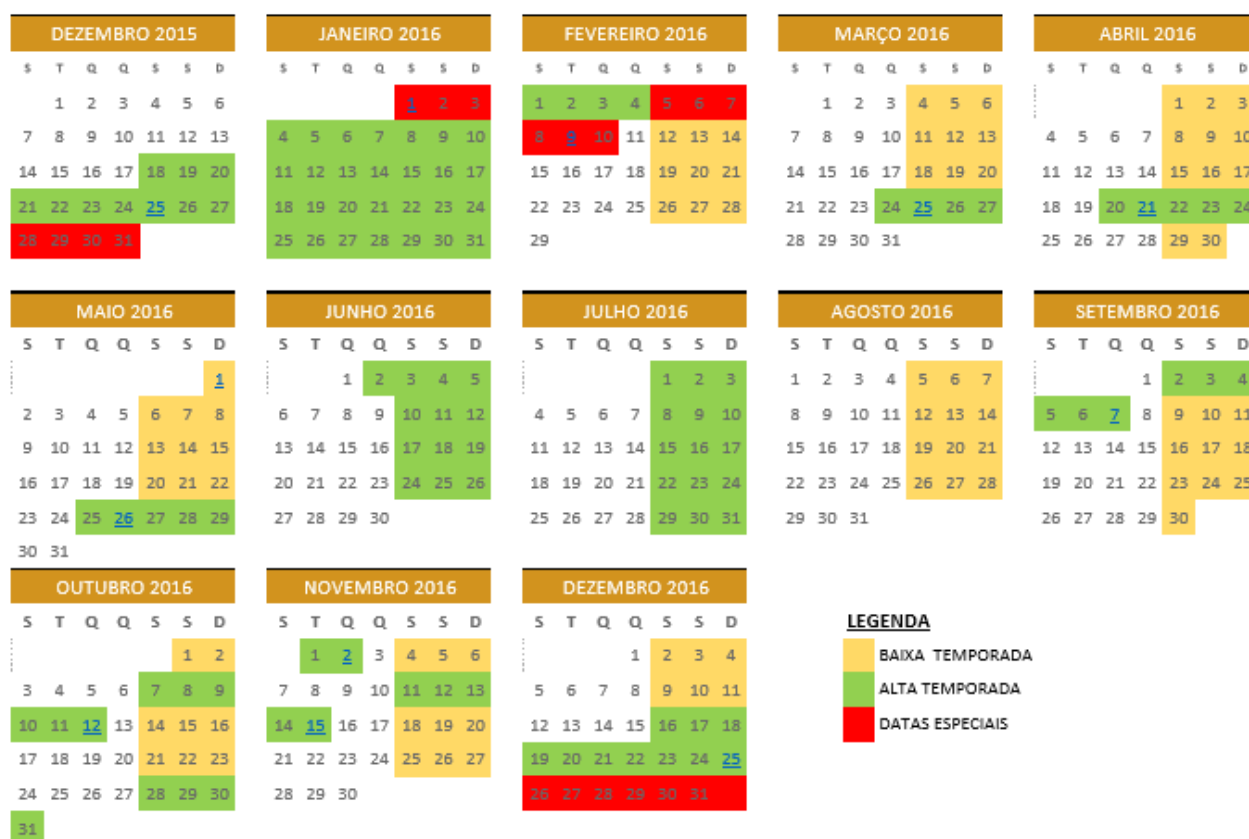
Uma característica dos locais impactados é a oscilação do fluxo turístico ao longo do ano, o qual se encontra segmentado em basicamente em quatro blocos. São eles:

- **Alta temporada:** Época do ano em que há elevado contingente de turistas na região, porém não suficiente para a lotação absoluta de pousadas, restaurantes etc. São exemplos da época de alta temporada os feriados, parte do mês de julho e dezembro, além do mês de janeiro, onde ocorrem as férias escolares;

- **Baixa temporada:** Época do ano em que há baixo fluxo de turistas na região, como finais de semana convencionais, exceto os que contenham alguma combinação com feriados;
- **Datas Especiais:** Época do ano em que há elevado fluxo de turistas na região, onde a maioria das pousadas e restaurantes atuam quase em suas capacidades máximas de lotação. O carnaval e o réveillon são as épocas do ano em que caracterizam estas datas especiais;
- **Temporada vazia:** Época do ano em que há escasso movimento de turistas.

O calendário a seguir representa a divisão das ocorrências turísticas na região:

Figura 13 – Representação das categorias de fluxo de turistas na região durante o ano



6.2 Antecipação das Indenizações

Em janeiro de 2017, anteriormente à realização da política final de indenização, iniciou-se um processo de antecipações para comerciantes relacionados ao turismo de Regência, com o objetivo de capitalizar empreendedores impactados e possibilitar condições mínimas de operação para

mitigação de novas perdas econômicas. Foram realizadas, ao total, 44 antecipações, perfazendo um montante líquido de R\$ 507.000,00.

6.3 Metodologia de Construção Coletiva

Com o intuito de se construir de forma coletiva a política de indenização e de se garantir as condições de isonomia e “justeza”, conforme orientações do TTAC (Termo de Transação de Ajustamento de Conduta), a Fundação Renova estimulou uma sequência de reuniões comunitárias com representantes do setor turístico de Regência e Povoação. Os encontros, segmentados por localidades, tornaram-se a base das diretrizes que definiram as condições de indenização deste setor.

Inicialmente, foram realizadas as reuniões com representantes do turismo de Regência. E, na sequência, ocorreram os encontros com representantes locais de Povoação. Os participantes foram indicados pelas Associações de Moradores locais e pela Associação de Comerciantes de Regência. Tanto os comerciantes de natureza formal quanto informal puderam participar dos debates, bem como expor suas dúvidas, considerações e sugestões no que diz respeito à criação da política de indenização. Relatos sobre as condições anteriores e atuais das localidades foram trazidas pelos participantes, a exemplo da baixa procura por hospedagens, do decréscimo no faturamento mensal e das dificuldades financeiras na retomada das atividades.

Figura 14 e 15 – Construção da Política de Indenização de Turismo, comunidade de Povoação, Linhares ES.



Figura 16 e 17 – Construção da política de indenização de Turismo, comunidade de Regência, Linhares ES.



No início do primeiro encontro, a Fundação Renova explanou sobre o cenário da informalidade do setor e apresentou pré propostas de indenização aos grupos. A partir de questionamentos e argumentações por parte dos empreendedores locais, deu-se início ao efetivo debate de construção coletiva. Ao longo das reuniões, foram realizadas pesquisas e consultas junto a entes relacionados ao contexto do turismo no estado do Espírito Santo, Região Sudeste e em âmbito nacional. Abaixo, está parte das fontes consultadas:

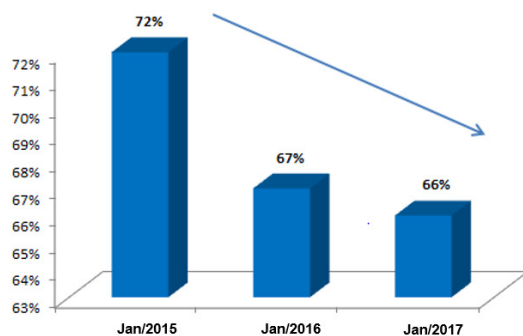
- ABIH (Associação Brasileira da Indústria de Hotéis) – Hotéis e Pousadas do Espírito Santo
- BANDES (Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo)
- CDL-Linhares (Câmara de Dirigentes Lojistas)
- FOHB (Fórum de Operadores Hoteleiros do Brasil)
- SEBRAE-Linhares (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas)
- Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer de Linhares
- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Urbano de Linhares
- Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Linhares
- Secretaria de Estado do Turismo do Espírito Santo

Abaixo está apontada parte das informações obtidas junto às instituições supracitadas, as quais assinalam uma redução significativa nas taxas médias de ocupação no setor turístico, sobretudo em decorrência da crise econômica brasileira e crise hídrica na região, período em que coincide com o momento pós-rompimento da barragem de Fundão. Assim, tornou-se tarefa de elevada

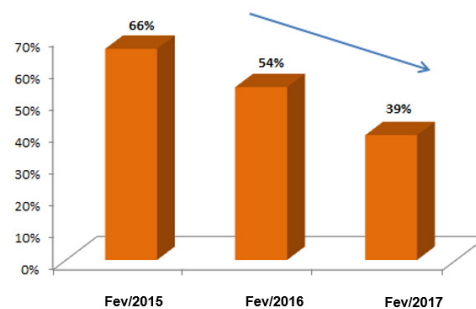
complexidade compreender as delimitações entre os reais efeitos do impacto da pluma sobre as localidades de Regência e Povoação e as consequências das crises mencionadas.

Figuras 18 e 19 – Taxas de Ocupação: Grande Vitória (alta temporada: 2015, 2016 e 2017)

Taxa de ocupação: Grande Vitória



Taxa de ocupação: Grande Vitória



Fonte: ABIH (2017).

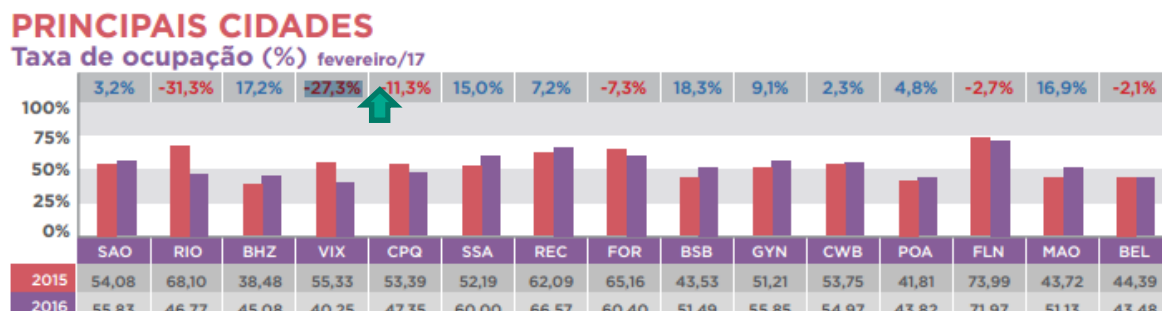
Figura 20 – Receita por Apartamento Disponível: Região Sudeste

BRASIL jan - dez/16			Taxa de ocupação		
Região	UHs	Hotéis	2015	2016	Variação
CO	2.296	13	55,54%	52,06%	▼ -6,3%
NE	4.573	31	63,01%	59,81%	▼ -5,1%
N	1.366	10	48,33%	45,14%	▼ -6,6%
SE	21.665	132	61,19%	56,47%	▼ -7,7%
S	6.547	49	60,91%	59,34%	▼ -2,6%
Brasil	36.446	235	60,52%	56,70%	▼ -6,3%

**RevPAR: Revenue Per Available Room = Receita por Apartamento Disponível*

Fonte: FOHB - Fórum de Operadores Hoteleiros do Brasil (2017)

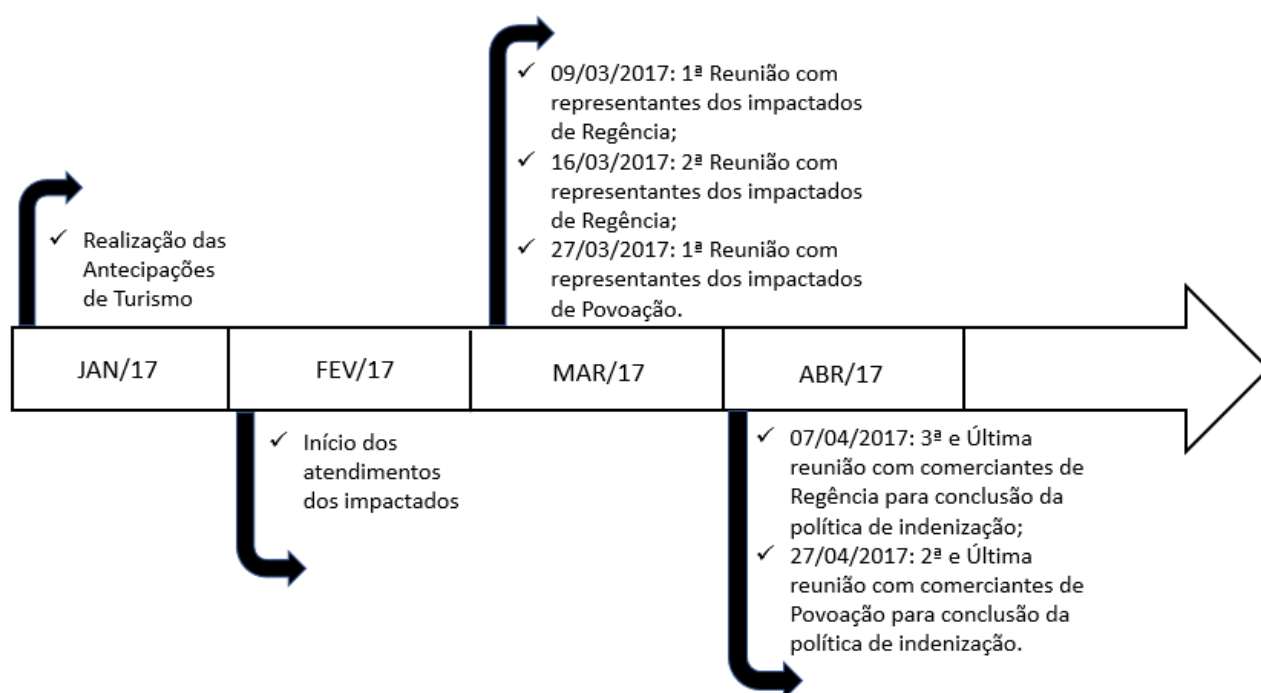
Figura 21 – Taxa de Ocupação das Principais Cidades Brasileiras (fev/2017)



Fonte: FOHB - Fórum de Operadores Hoteleiros do Brasil (2017).

A construção das propostas de indenização foi apoiada por equipes de mediação independente e contou também com a participação de atores da municipalidade local, os quais contribuíram com os debates e pactuações coletivas. A seguir, apresenta-se cronologia dos encontros realizados com as comunidades de Regência e Povoação.

Figura 22 – Cronologia da Construção da Política de Indenização de Turismo



6.3 As Comprovações

Para a identificação da redução das taxas de turismo decorrentes do evento, o impactado necessitaria oferecer ao Programa de Indenização Mediada informações de seu negócio, a exemplo de faturamentos, custos, declarações de

renda, informações bancárias, entre outros. Ou seja, dados para embasamento de cálculos da redução real de seus lucros entre os anos de 2015 e 2016.

Conforme apontado anteriormente, um dos desafios para a compreensão do dano causado aos empreendimentos é que, em alguns casos, não se identificam informações de receitas, despesas, custos, lucro, insumos utilizados no negócio, registros de clientes, contas bancárias etc. Em algumas situações, despesas e receitas do negócio se fundem com despesas pessoais do próprio impactado.

Dentre as variáveis relevantes para a composição do cálculo de indenização é importante destacar:

- Renda e lucro anual médios do negócio, anteriores ao evento;
- Queda de faturamento em consequência direto ao rompimento da barragem e taxa de queda de turismo;
- Curva de retorno da atividade de turismo.

Convencionou-se que o impactado possui a opção de apresentar ou não a documentação de seu empreendimento, conforme situações abaixo:

Caso o impactado opte pela não apresentação da documentação de seu negócio ou apresente documentação insuficiente para identificação destas variáveis, será necessária uma pesquisa detalhada com negócios de mesma natureza de atuação e porte, para realização de cálculos a partir de estimativas de custos e valores praticados. Nestas situações, onde o empreendedor não apresente comprovações que atestem a real queda no faturamento do seu negócio em decorrência direta da passagem da pluma de turbidez, percentuais padrões são adotados para as quedas nas taxas de turismo. As bases de cálculo foram apontadas a partir de casos similares onde eventos causados pelo homem ou condições naturais, como por exemplo vazamentos de petróleo, desmoronamentos, enchentes e outros impactaram a reputação turística local.

Caso o impactado opte pela apresentação da documentação de seu negócio e seja possível a identificação destas variáveis, utiliza-se o valor calculado da documentação apresentada.

6.4 A Proposta de Indenização

A proposta indenizatória tratada nesta política é dividida da seguinte forma:

- **Lucro cessante:** É a parcela relativa as perdas de rendimentos provenientes da paralização ou diminuição do fluxo turístico na região como consequência direta do rompimento da barragem.

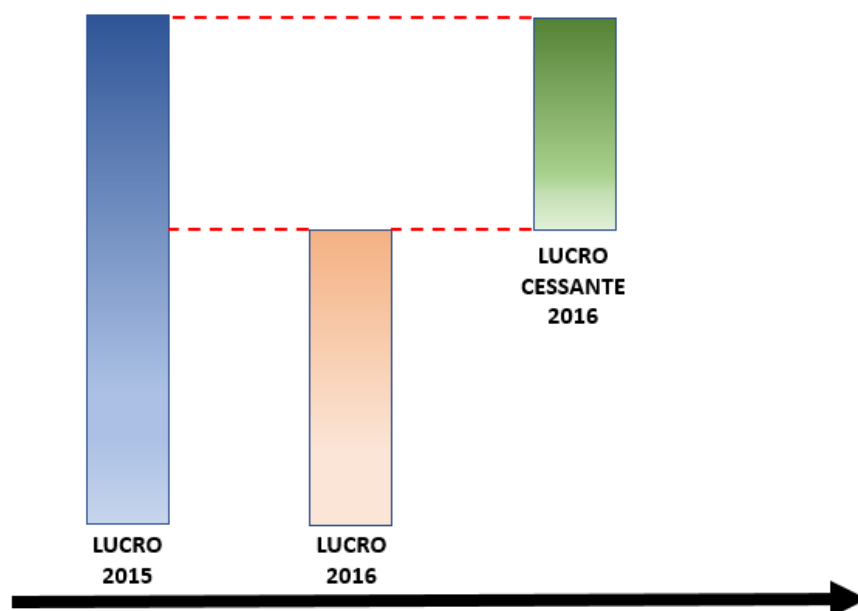
- **Danos morais:** É a parcela devida aos estabelecimentos comerciais ligados ao turismo conduzidos por empreendedores informais (pessoas físicas) devido à impossibilidade ou inviabilidade de continuação do seu labor como decorrência direta do rompimento da barragem (proibição do uso da praia na Foz do Rio Doce).
- **Perdas materiais:** Eventuais perdas comprovadas de equipamentos ou bens materiais como consequência direta do rompimento da barragem.

Cabe esclarecer que o pagamento de danos morais para empreendimentos com CNPJ (pessoas jurídicas) não é previsto no âmbito do PIM uma vez que a jurisprudência brasileira admite tal pagamento apenas no caso de prejuízos à imagem do estabelecimento, o que não pode se comprovar nos casos analisados.

A proposta de indenização dos empreendedores de turismo, pactuadas em comum acordo entre as partes, prevê os procedimentos apontados a seguir:

- Apresentação das documentações dos negócios ao Programa de Indenização Mediada da Fundação Renova (declarações de renda, custos, entre outros) para identificação e análise do lucro cessante em 2016, decorrente do impacto sofrido.

Figura 23 – Demonstrativo de Cálculo de Lucro Cessante



- Pagamento escalonado do lucro cessante nos próximos anos, para quitação do dano, sugerido pelo grupo de empreendedores e com percentuais pactuados em comum acordo entre os representantes dos comércios locais e membros da Fundação Renova, considerando o retorno gradativo do turismo nas regiões afetadas, conforme abaixo.

Figura 24 – Demonstrativo de Pagamentos do Lucro Cessante

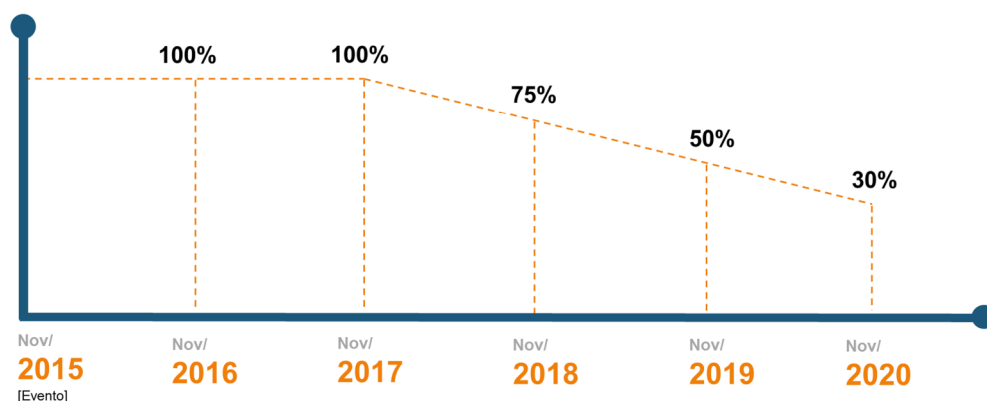
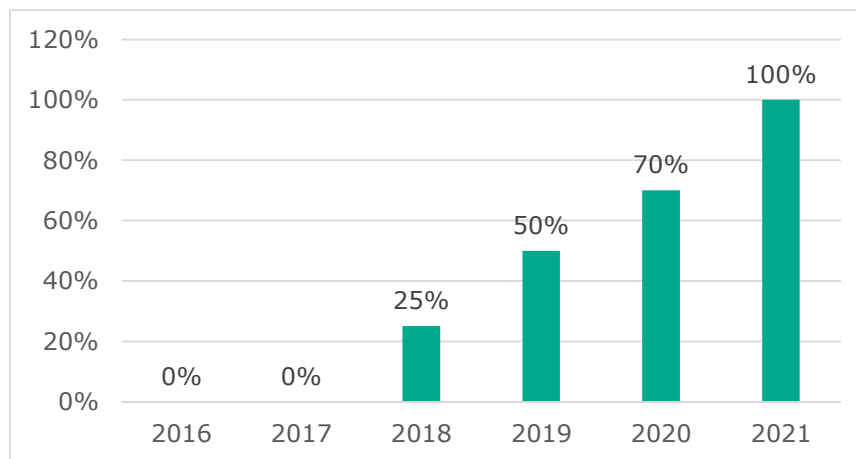


Figura 25 – Expectativa de Retorno do Turismo



Ou seja, o pagamento da indenização dos empreendedores do turismo seguirá o escalonamento do lucro cessante, conforme percentuais assinalados abaixo:

- Valor do Lucro Cessante – Período de 2016 – Fator de Escalonamento: 100%

- Valor do Lucro Cessante – Período de 2017 – Fator de Escalonamento: 100%
- Valor do Lucro Cessante – Período de 2018 – Fator de Escalonamento: 75%
- Valor do Lucro Cessante – Período de 2019 – Fator de Escalonamento: 50%
- Valor do Lucro Cessante – Período de 2020 – Fator de Escalonamento: 30%

Por fim, cabe assinalar que o processo de indenização individualizado, o qual ocorre por meio do PIM, será acompanhado de atividades de reparação e ações coletivas, nas comunidades de Regência e Povoação, a partir de outros programas da Fundação Renova, a exemplo da “Retomada das Atividades Aquícolas e Pesqueiras”, “Economia Regional”, “Micro e Pequenos Negócios”, “Estímulo à Contratação Local”, entre outros.

7 POLÍTICA INDENIZATÓRIA PARA EMPREENHIMENTOS AREEIROS

Com o rompimento da barragem de Fundão, os areais foram impactados pela passagem dos rejeitos e sofreram danos em seus processos de extração de areia relacionados principalmente a redução de produtividade e aumento de custo operacional, além de restrições para comercialização da areia extraída.

7.1 Razões para construção de uma política de indenização

No que se refere aos aspectos legais relacionados à operação dos areais, tem sido observado que os empreendimentos apresentam elevada informalidade na atividade do negócio, principalmente na emissão de documentos fiscais de venda do produto comercializado. Por outro lado, foi constatado que em sua maioria, os empreendimentos possuem a autorização para lavra (DNPM) e licença ambiental estadual (SUPRAM).

Além da informalidade verificada nos empreendimentos, fato que impede a determinação correta da renda a ser indenizada, existe a questão do horizonte de retorno das atividades impactadas. Sem uma previsão razoável do retorno das operações não é possível definir o horizonte indenizatório e, portanto, não é

possível realizar uma proposta de indenização. A curva de retorno de operação dos empreendimentos é mais uma variável a ser determinada nesta política de indenização.

7.2 Metodologia de Construção Coletiva

O relacionamento com os impactados do segmento de areeiros tornou-se mais intenso em novembro 2016, quando houve uma aproximação com os empreendimentos e associações (APABC e ACARD), localizados na região de Governador Valadares e Caratinga. Essa aproximação foi fundamental para que fosse obtido os conhecimentos acerca da operação dos areais.

A seguir apresenta-se o histórico com os principais marcos desse relacionamento:

Figura 26 - Cronologia da construção da metodologia de indenização de empreendimentos areeiros.



Durante as reuniões realizadas entre a Fundação Renova, os empreendedores e associações representantes de areeiros, foram alegados os seguintes impactos ao setor:

- Contínua deposição de rejeitos nos pontos de extração de areia, tendo como consequência o aumento dos custos com combustíveis, devido a necessidade de realocação das dragas ao longo do rio para busca de jazidas menos atingidas pela pluma;

- Presença de rejeito na areia extraída, tornando necessário a “relavagem” do produto e consequente aumento dos custos de operação;
- Redução dos volumes extraídos. Em alguns areais alegava-se até mesmo a inviabilidade de produção devido ao acúmulo da pluma;
- Perda de valor no produto e do poder de negociação dos areais devido à mudança da coloração da areia, com consequente redução do faturamento;
- Perda na comercialização de produtos (cimento, brita, entre outros), que são normalmente oferecidos de forma conjugada com a venda da areia e na prestação de serviço de transporte.

7.3 Pactuação

Para caracterização dos danos aos areais, a equipe do PIM realizou além da construção conjunta da matriz de danos, diversas reuniões com os impactados para levantamento de informações e proposição de métodos de identificação, mensuração e comprovação dos danos. Nesse âmbito, a equipe teve a oportunidade de contar com uma participação mais efetiva de um grupo organizado de areeiros de Governador Valadares e Caratinga, o que facilitou sobremaneira a obtenção de dados e informações relativos às operações e aos principais danos sofridos pelos areais.

Embora a política tenha sido construída inicialmente com um grupo de areeiros do maior polo desta atividade no rio Doce, outros areeiros de outras regiões também poderão se enquadrar nos mesmos moldes de indenização praticados por este documento. A contribuição mais importante deste trabalho é o conjunto de parâmetros indenizatórios e a maneira de se obtê-los e não os valores individuais indenizatórios do grupo inicialmente estudado.

Além de informações coletadas durante as reuniões realizadas, foi contratada uma empresa especializada em implantação e operação de areais, o que somado as informações oriundas dos próprios impactados, permitiu caracterizar, com significativa abrangência e profundidade, os danos sofridos nos aspectos relativos à comercialização (volume e preço) de areia, custos operacionais e despesas a partir desta operação assistida.

A operação assistida consiste na observação *in loco*, por técnicos especializados, da produção dos areais impactados e, a partir disso, registros de dados como especificação técnica dos equipamentos, produtividade, consumo de combustível, características físicas visíveis da areia, volumes extraídos e condições de extração. Além disso, são também solicitados dados e informações

aos empreendedores relativos à regularização (alvarás, outorgas e licenças) do empreendimento, volumes de produção antes e após o rompimento da barragem, quantidade de empregados, custos e despesas operacionais, entre outros. O processo de identificação e cálculo de proposta a partir da operação assistida dos empreendimentos nos permitirá categorizar o negócio conforme tipo de areia, destinação da areia, quantidade de dragas em operação e local da extração.

7.4 Antecipação

No início de 2017, anteriormente à realização da política final de indenização, iniciou-se um processo de antecipações de valores para empreendimentos relacionados à extração e comercialização de areeiros em Governador Valadares e Caratinga, com o objetivo de capitalizar empreendedores impactados e possibilitar condições mínimas de operação para mitigação de novas perdas econômicas até que a indenização final fosse realizada.

Ao todo, foram realizadas antecipações de indenização para 17 empreendimentos no valor total de **R\$ 2.020.000,00**.

7.5 Construção da Proposta

A proposta de indenização dos empreendedores areeiros, pactuadas em comum acordo entre as partes, prevê os itens apontados a seguir:

- Perdas materiais: Identificação de danos causados a equipamentos e materiais do empreendimento areeiro;
- Lucro Cessante: Identificação e cálculo realizado a partir da operação assistida constando principalmente:
 - Danos gerais relativos aos volumes de produção de areia;
 - Danos gerais com despesas extras e incremento de custos operacionais;
 - Danos gerais relativos à comercialização de areia.

7.6 Cálculo e Comprovações do valor da indenização

Constatou-se, através do levantamento de documentos junto aos impactados do segmento de extração de areia, elevada informalidade no que diz respeito à emissão dos documentos fiscais para realização das receitas. A partir

dessas constatações, se torna inviável uma comprovação que reflita ou mesmo se aproxime da produção ou faturamento real dos empreendimentos.

Diante disso, descartando a primeira alternativa que é a de exigir a plena comprovação de produção e faturamento por documentos fiscais, fazendo com que esses impactados não fossem considerados no processo de indenização e não fossem ressarcidos dos danos sofridos, optou-se então pelo cálculo a partir de estimativas das quantidades produzidas ou vendidas de areia e apurar o incremento de custos e de despesas que se fizeram necessários aos empreendimentos em seus processos produtivos. Estas estimativas foram feitas baseadas em normas técnicas, operação local assistida e dados provenientes do licenciamento e da outorga do empreendimento.

Obviamente, por mais que informalidades relativas a comprovações de faturamento e custos sejam toleradas, o mesmo não ocorre com aspectos relacionados às licenças do DNPM e a restrições constantes no licenciamento ambiental. Não serão considerados, para fins de indenização, eventuais níveis de produção, autodeclarados ou estimados, que ultrapassem os limites estabelecidos no licenciamento ou na outorga de lavra do areal.

As variáveis tratadas por esta política como custos, receitas, volumes produzidos e dinâmica de retorno da atividade não são informações possíveis de se aferir simplesmente através da aplicação do cadastro integrado, daí a necessidade de uma abordagem mais profunda com este público.

7.6.1 Cálculo e comprovação da perda de margem de contribuição

PERDAS DE FATURAMENTO:

Para o cálculo das perdas dos empreendimentos relativos à quebra de receita, propõe-se a apuração do faturamento médio dos empreendimentos antes do rompimento da barragem, através de estimativas baseadas na operação assistida, em documentos fiscais (quando existentes), em documentos secundários como recibos de despacho do produto aos clientes, documentos de aquisição de insumos como combustível, entre outros. Esta medida proporciona o conhecimento dos volumes e preços praticados antes da paralização da produção.

Mesmo que os empreendimentos possuam capacidade operacional (maquinário e mão de obra) para uma produção superior à permitida no

licenciamento e na outorga, o maior valor possível a ser ressarcido será aquele relativo à produção dentro do limite legal.

CUSTOS OPERACIONAIS:

Para o cálculo dos custos operacionais, será considerado o consumo de combustível e óleo lubrificante por metro cúbico de areia extraída na operação assistida do respectivo areal e o custo com a mão de obra direta (salários e encargos trabalhista relativos a um dragueiro e um ajudante).

CÁLCULO DA MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO:

A margem de contribuição representa a diferença entre a receita bruta obtida na extração de areia e os custos operacionais. Através do ressarcimento da margem de contribuição não auferida pelo empreendedor, devido à quebra total ou parcial da receita, será possível fazer frente aos custos não operacionais do empreendimento (que não estão atrelados às quantidades produzidas e dessa forma não variam com a produção) e ao lucro cessante de sua operação.

Receita Bruta

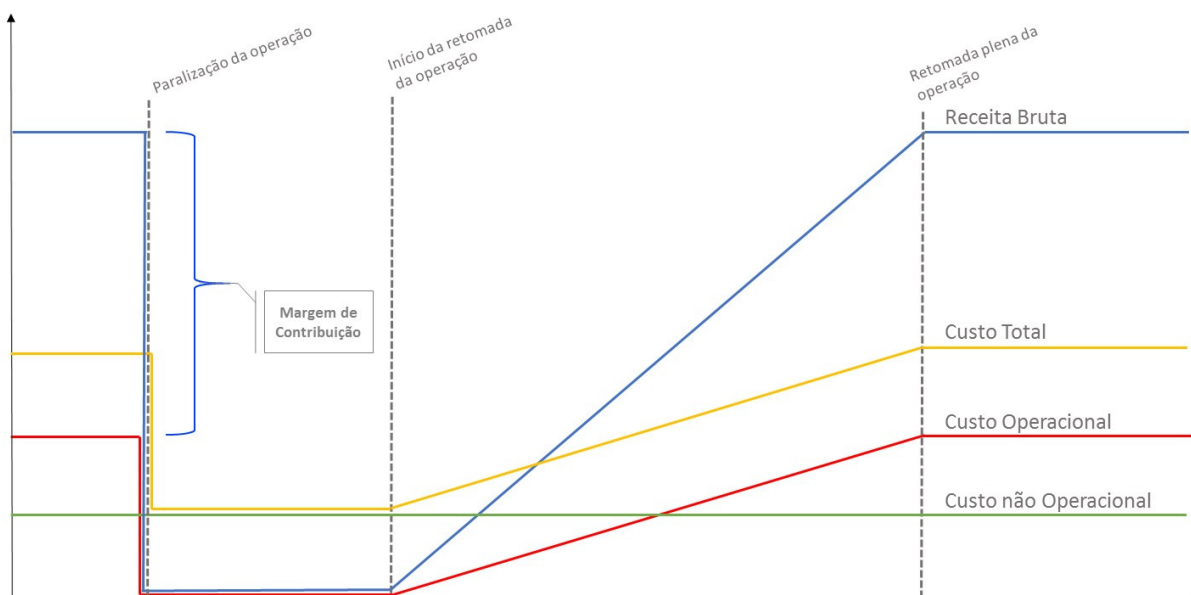
-

Custos Operacionais

Margem de Contribuição

No gráfico (Figura 27) a seguir demonstra-se como seria o ressarcimento da margem de contribuição de um areal que hipoteticamente tenha paralisado totalmente sua operação no início de novembro de 2015 e retomasse a operação após seis meses de paralização total, cuja retomada se desse progressivamente durante 12 meses.

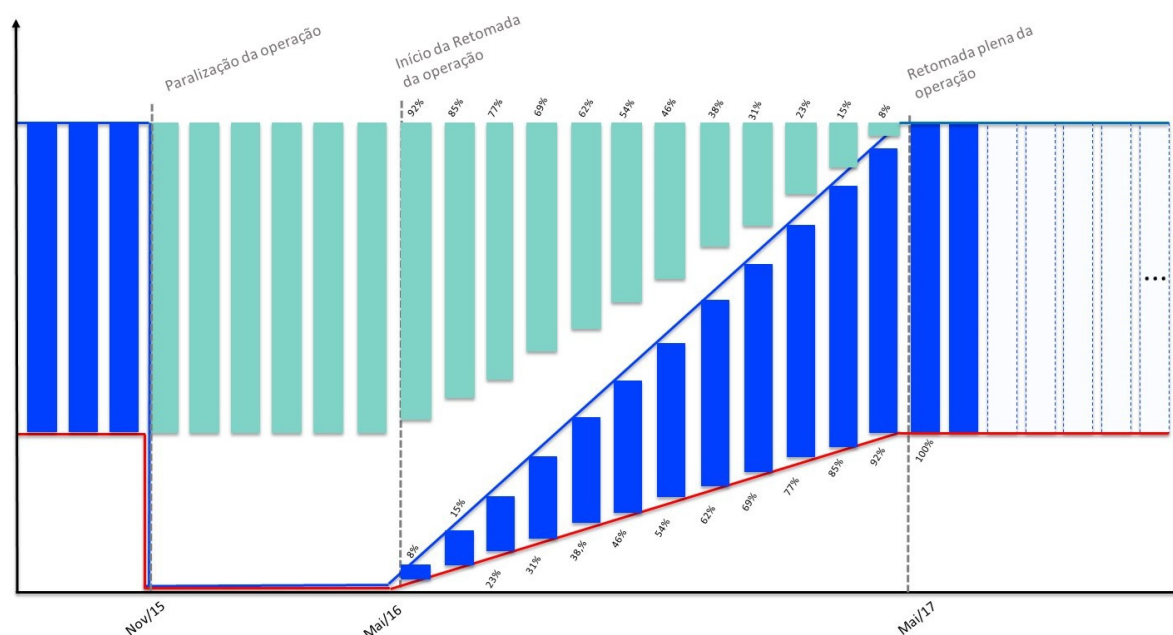
Figura 27 – Demonstrativo do ressarcimento de margem de contribuição em areal.



Para retomada total estimada dos empreendimentos e horizonte indenizatório, a figura 28 abaixo demonstra:

- As barras azuis, antes da paralização da operação, representam a margem de contribuição estimada obtida pelo areal;
- As barras verdes, após a paralização e antes da retomada inicial da operação, representam a margem de contribuição plena a ser ressarcida;
- As barras azuis em crescimento progressivo, representam a retomada da margem de contribuição por parte do empreendimento, e;
- As barras verdes em decrescimento progressivo, representam a margem de contribuição decrescente a ser ressarcida ao impactado.

Figura 28 – Demonstrativo de retomada total estimada dos empreendimentos areeiros.

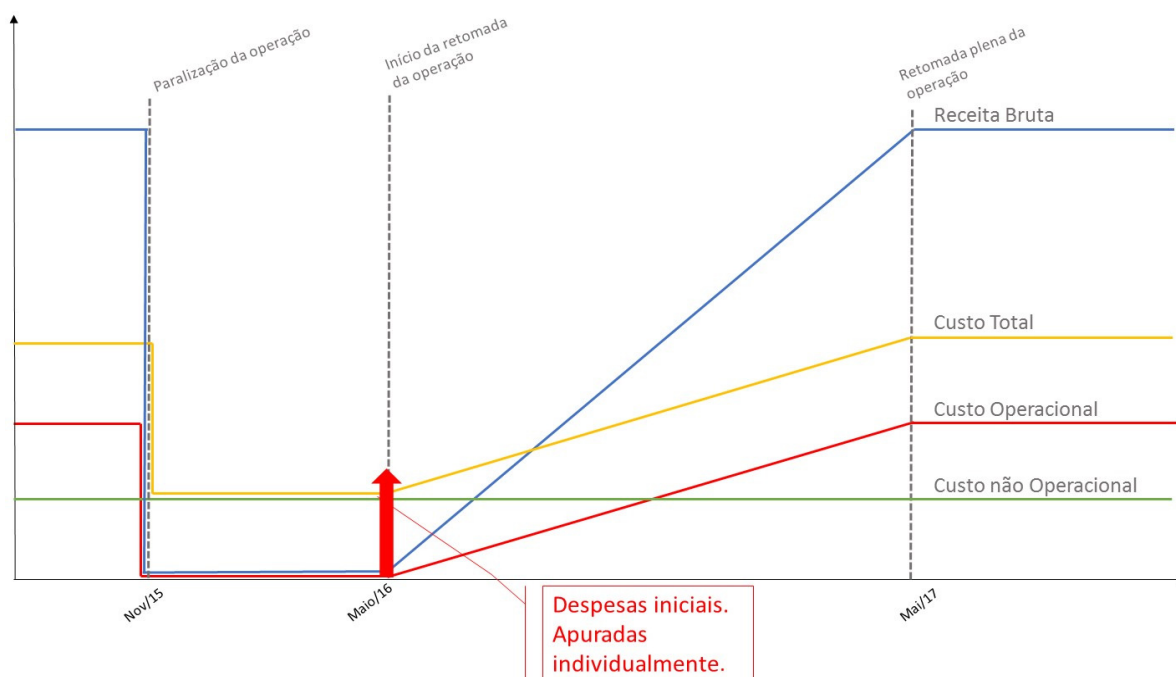


7.6.2 Cálculo e comprovação das despesas extras de retomada da produção

Como descrito no item anterior, para retomada da produção, após o período de paralisação total da operação, foi necessária a realização de despesas extraordinárias diversas. Para que o areal seja ressarcido destas despesas, o respectivo empreendedor deverá apresentar documentos válidos (notas fiscais) que demonstrem que elas tenham sido realizadas.

No gráfico a seguir (figura 29), demonstra-se a ocorrência destas despesas, que são de caráter pontual e não variam de acordo com a produção.

Figura 29 – Demonstrativo de ocorrência de despesas para retomada de produção.



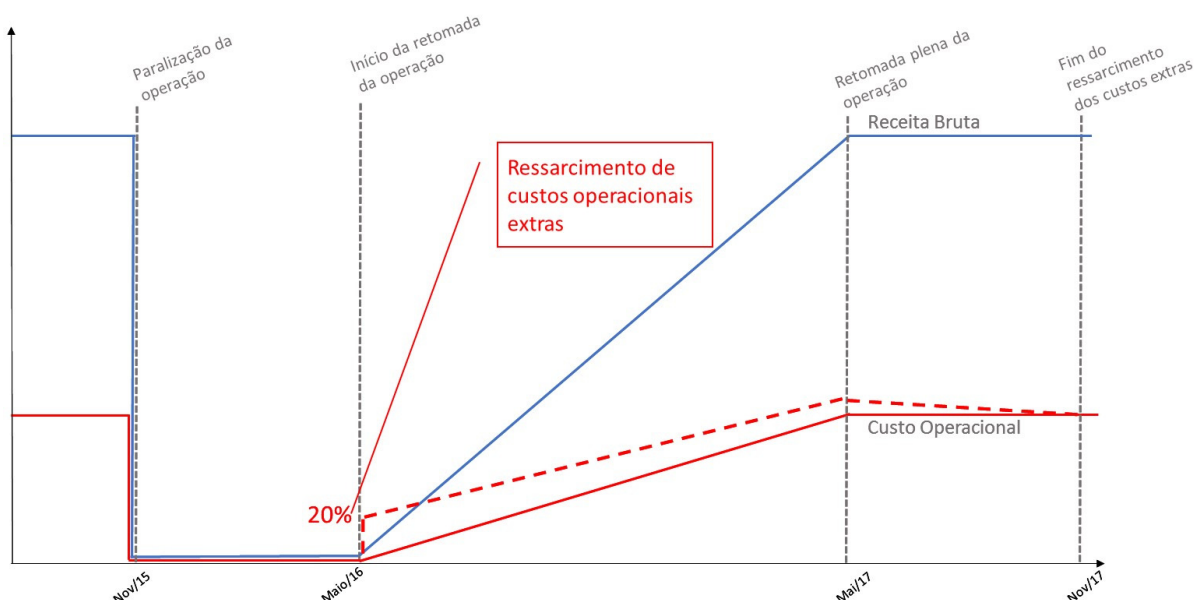
7.6.3 Cálculo e comprovação do incremento dos custos operacionais

Também como descrito no item 6.6.1 dos danos relativos a operação dos areais, durante a retomada da produção, após o período de paralização total da operação, os empreendedores incorreram em custos operacionais excedentes.

Para que o areal seja ressarcido destes custos extraordinários de operação, é proposto um valor percentual decrescente sobre o custo operacional estimado, mês a mês, com encerramento do ressarcimento a ser estipulado atrelado a condição de operação observada nas operações assistidas, por região do Rio Doce.

No gráfico a seguir (figura 30), demonstra-se em caso hipotético de retomada de operação, o estabelecimento do percentual de 20% para o primeiro mês de retomada, em maio de 2017, decrescendo este percentual até o término do ressarcimento no mês de novembro de 2017. Neste exemplo, tanto o percentual inicial de 20%, quanto o mês de término (novembro/17) são arbitrados com base em dados e informações que poderiam ser colhidos durante a operação assistida, devido à complexidade de se obter os valores reais relativos aos custos operacionais extras cujo empreendimento tenha incorrido.

Figura 30 – Demonstrativo de custos operacionais na retomada de produção.



7.6.4 Comercialização

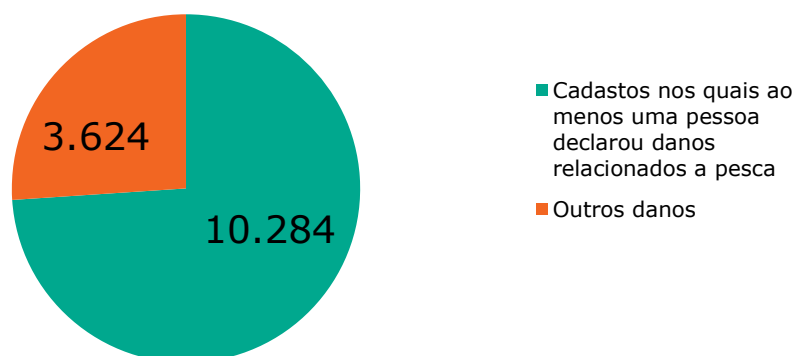
Não apenas os fatores operacionais foram considerados na construção da política de indenização dos areeiros. A reputação do produto perante os clientes também é foco do trabalho. Reuniões junto aos principais clientes dos areeiros das regiões consideradas foram feitas com o objetivo de entender possíveis prejuízos reputacionais que influenciem na comercialização da areia do rio Doce. Instituições como o SENAI e a UNIVALE estão sendo contratadas, a pedido dos empreendedores, para que uma série de relatórios técnicos envolvendo a qualidade da areia seja gerado para comprovar a sua qualidade após a passagem da pluma de turbidez e garantir a confiança no produto por parte dos clientes locais.

8 POLÍTICA INDENIZATÓRIA PARA SETOR DA PESCA

Entre os danos gerais sofridos pelos impactados pelo rompimento da barragem estão as atividades comerciais e de subsistência de pesca, onde as atividades foram parcialmente ou totalmente proibidas. As informações hoje constantes no cadastro integrado demonstram que uma parcela majoritária das pessoas impactadas autodeclararam impactos relativos à pesca.

Figura 31 – Estratificação dos cadastros com danos à pesca

Primeira Campanha de Cadastramento Integrado



Fonte: Cadastro Integrado Fundação Renova

8.1 Proibição da pesca nas águas continentais do Rio Doce

Em 01 de novembro de 2016, pela Portaria IEF (Instituto Estadual de Florestas) nº 78, houve a proibição da pesca para a calha principal do rio e para seus afluentes no estado de Minas Gerais, com o objetivo de permitir a recuperação do rio e da ictiofauna da bacia do Rio Doce após o rompimento da Barragem do Fundão da mineradora Samarco em Mariana MG. A portaria permitia somente a pesca científica, desde que devidamente autorizada e a pesca amadora (pesca desportiva) na modalidade de pesque e solte, com objetivo de recuperação da biota do Rio Doce.

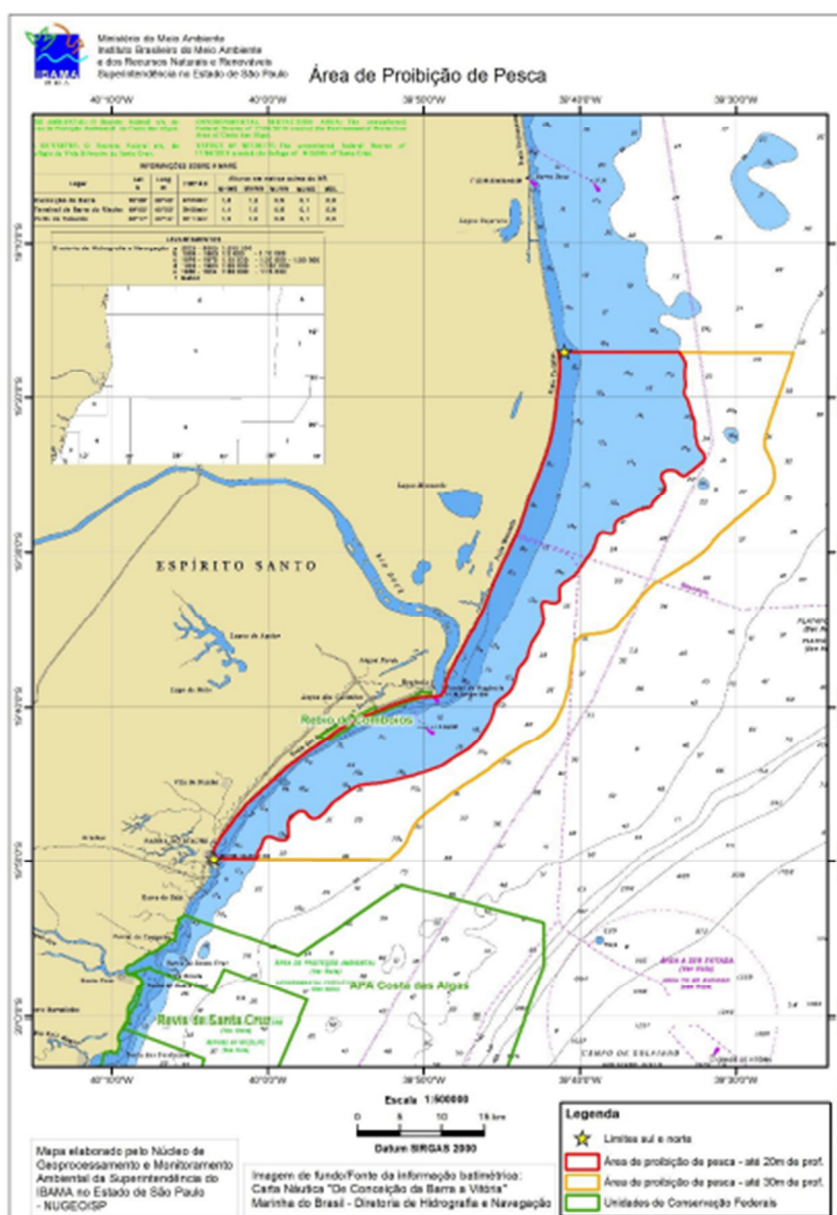
Já em 12 de maio de 2017, o IEF por meio da Portaria IEF nº 40, autorizou a pesca de espécies alóctones (peixes de espécies de origem ou ocorrência natural em outras bacias hidrográficas brasileiras), de espécies exóticas (peixes cuja origem e ocorrência natural são de outros países) e também das espécies híbridas (peixes que são resultantes do cruzamento entre diferentes espécies). Não foram indicados limites de quantidade de espécies capturadas e transportadas para pescadores profissionais utilizando embarcações, tarrafa, anzol simples ou múltiplo, linha de mão, vara ou caniço, máquinas de pesca, espinhel, caçador, pinda ou anzol de galha, João Bobo, galão ou cavalinha. Ficou mantida a proibição da captura de espécies autóctones (peixes de ocorrência natural da bacia do Rio Doce).

Na porção capixaba da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, na calha central e seus afluentes, não foi estabelecida nenhum tipo de restrição às atividades de pesca, porém os pescadores artesanais alegam a impossibilidade de venda do pescado em virtude da rejeição deste produto devido à incerteza relativa à hipótese de contaminação do pescado.

8.2 Proibição da pesca nas águas marinhas adjacentes a foz do Rio Doce.

De acordo com a decisão judicial da 1ª Vara Federal de Linhares, desde o dia 1º de junho de 2016, está temporariamente proibida a pesca de qualquer natureza, ressalvada a destinada à pesquisa científica, na área que compreende a região de Barra do Riacho, em Aracruz, até Degredo, em Linhares, dentro da faixa delimitada pela isopata de 20 metros de profundidade. Cabe ressaltar que a decisão é passível de revisão após a análise dos resultados técnicos.

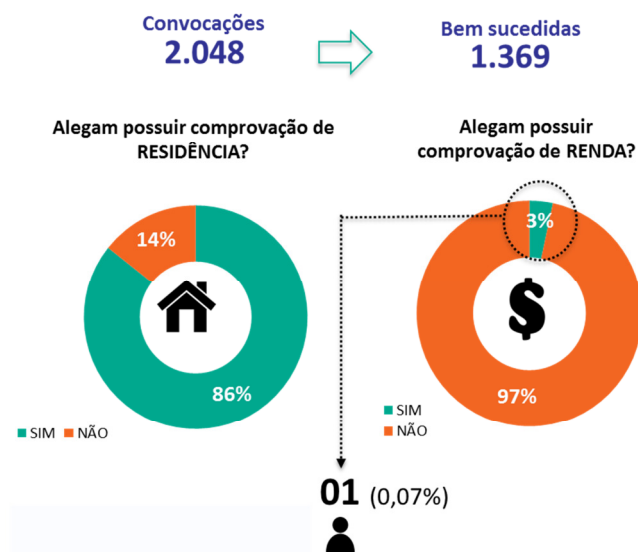
Figura 32: Área sob proibição para pesca junto a foz do Rio Doce



8.3 Razões para construção de uma política de indenização

Ao se tentar iniciar o processo indenizatório percebeu-se que a parcela majoritária dos pescadores cadastrados não possuía as comprovações necessárias para habilitá-los a participar do PIM. Isso pode ser comprovado no gráfico abaixo onde dos 1.369 pescadores convocados, apenas 01 possuía comprovação de renda.

Figura 33: Percentual de comprovação de impacto



8.4 Antecipações de Indenização

Visando prover uma recomposição econômica para o pescador profissional para auxiliá-lo durante o período da construção da política de indenização, foram realizadas antecipações de indenização ao longo de toda a área impactada. Até o dia 25 de agosto de 2017, 329 antecipações haviam sido realizadas com valor total de **R\$ 2.751.850,00** entre antecipações já pagas e em andamento para pagamento.

8.5 Metodologia de construção coletiva

Durante o processo de construção da metodologia de indenização dos impactados relacionados a atividades de pesca, foram realizadas diversas reuniões contando com a presença do poder público municipal, líderes comunitários, representantes de colônias de pescadores, associações de pescadores, INCAPER, EMATER, MAPA, e outros entes técnicos. Algumas das reuniões realizadas estão indicadas abaixo:

Data	Local
12/04/2017	Regência
18/04/2017	Regência
21/04/2017	Regência
26/04/2017	Aimorés
26/04/2017	Baixo Guandu
03/05/2017	Regência
10/05/2017	Governador Valadares
11/05/2017	Baixo Guandu
14/05/2017	Regência
17/05/2017	Barra do Riacho
27/05/2017	Santa Cruz do Escalvado
31/05/2017	Aimorés
31/05/2017	Itapina
01/06/2017	Baixo Guandu

Data	Local
01/06/2017	Baixo Guandu
07/06/2017	Governador Valadares
14/06/2017	Regência
10/07/2017	Baixo Guandu
10/07/2017	Baixo Guandu
11/07/2017	Mauá
12/07/2017	Barra do Riacho
12/07/2017	Barra do Riacho
13/07/2017	Mauá
24/07/2017	Mauá
15/08/2017	Linhares Sede
15/08/2017	Regência e Povoação
16/08/2017	Baixo Guandu
16/08/2017	Resplendor e Aimorés
19/08/2017	Governador Valadares

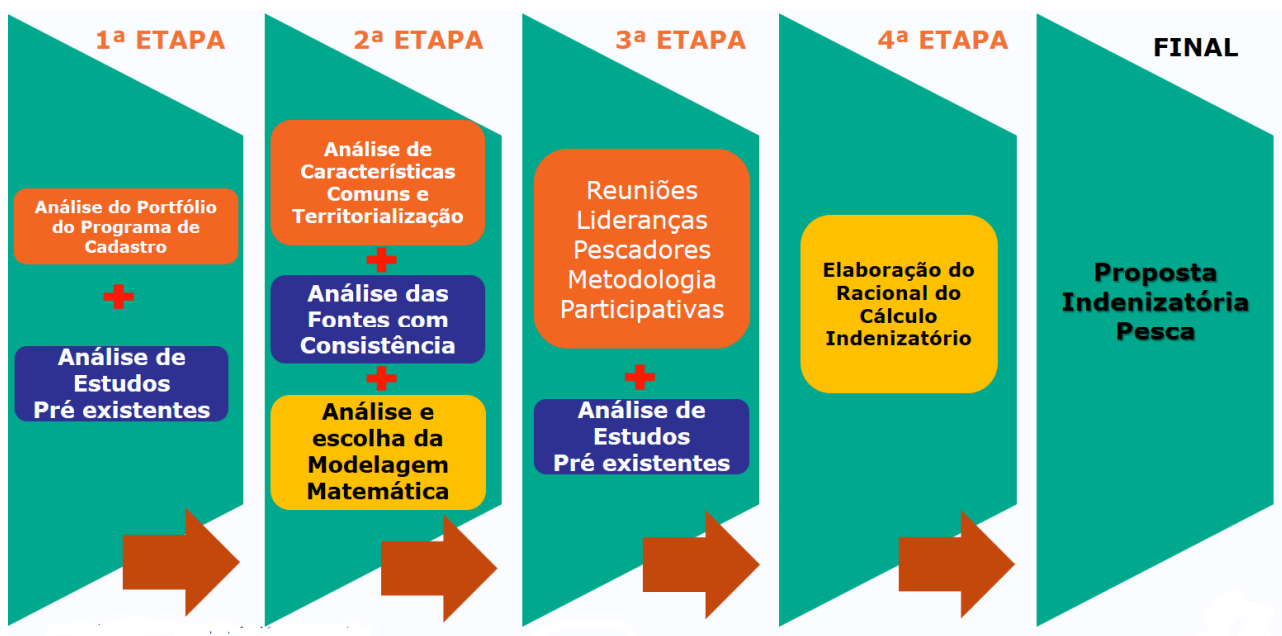
As reuniões foram utilizadas como forma de construção coletiva junto à população dos dados relativos à pesca como produção, tempo de esforço pesqueiro, tipos de embarcação e outros dados necessários à estimativa de renda dos pescadores.

A representação dos pescadores nas reuniões seguiu a estrutura local já estabelecida de colônias e associações de pesca, sendo que cada um destes entes teve a oportunidade de trazer membros conhecedores da atividade de pesca para contribuição no processo de construção coletiva.

O processo de construção coletiva traz a oportunidade de ocorrer uma negociação técnica onde se procura o entendimento, entre a Fundação Renova e as pessoas impactadas, de parâmetros relativos à atividade laboral como produção de pescado e custos da atividade. Nestas reuniões não ocorrem

negociações tradicionais de valores no formato de barganha entre as partes, uma vez que quaisquer montantes discutidos necessitam ter bases técnicas que os suportem.

Figura 34: Etapas para construção da política indenizatória



8.6 Metodologia da Indenização

Por meio da auscultação durante as reuniões de construção da política, dos dados constantes no Cadastro Integrado e Emergencial e dos diálogos com entes técnicos, foi possível a identificação de grupos de pesca com características semelhantes os quais podem ser identificados de acordo com as seguintes classificações.

8.6.1 Classificação quanto ao tipo de atividade

Foram identificados três grupos de pessoas que praticam a atividade de pesca quanto à natureza da atividade, os quais são: (i) **Pescadores profissionais regulares**; (ii) **Pescadores comerciais não-regulamentados** e (iii) **Pescadores de subsistência ou consumo**.

O **pescador profissional regular** é identificado conforme o Registro Geral da Atividade Pesqueira – RGP, que foi instituído há 44 anos pelo Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, sendo validado durante anos pelos distintos órgãos gestores do ordenamento da pesca, sendo ratificado pela Lei nº 11.959, de 26 de junho de 2009, conhecida como a Lei da Pesca.

Trata-se de um instrumento do Governo Federal que visa a contribuir para a gestão e o desenvolvimento sustentável da atividade pesqueira, bem como permite ao interessado o exercício das atividades de pesca e aquicultura, em toda a sua cadeia produtiva. Ou seja, O RGP é um instrumento do poder executivo que permite legalizar os respectivos usuários para o exercício da atividade pesqueira, com o credenciamento das pessoas físicas ou jurídicas e também das embarcações para exercerem essas atividades.

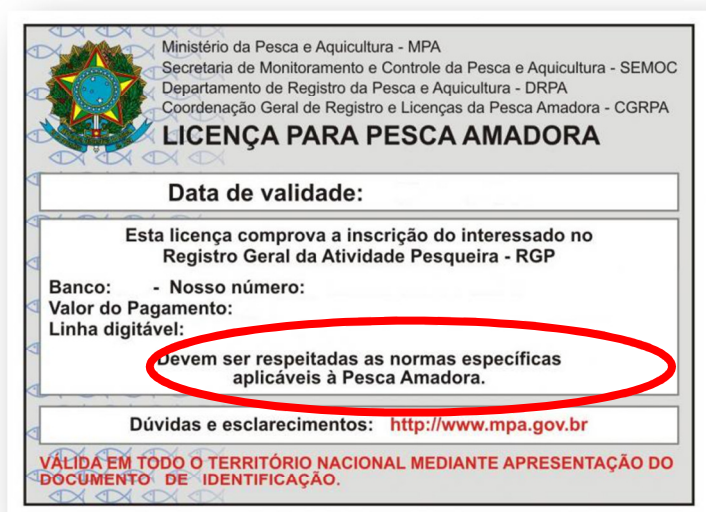
Os pescadores profissionais regulares são, portanto, os pescadores cujo RGP estão deferidos junto ao SisRGP/SINPESq, estando regulares junto ao órgão de gestão do Registro da Atividade Pesqueira – RGP Pescador Artesanal.

O **pescador comercial não regulamentado** é o que pratica a atividade de pesca e comercializa sua produção, entretanto, não possui a permissão oficial do governo para fazê-lo, ou seja, não detém o RGP de pescador profissional regularizado. Estes pescadores possuem outras documentações e permissões específicas que comprovam a atividade de pesca como, por exemplo, carteira de pesca amadora, carteira do IEF, carteira do IBAMA entre outras.

Embora seja considerada uma atividade irregular perante as normas legais, este grupo representa um grande contingente de pescadores impactados em todo o entorno do Rio Doce.

A categoria de pescador amador/esportista, por lei, não pode auferir renda da comercialização do produto de sua pesca, conforme está explicitamente assinalado no RGP de amador como demonstrado abaixo:

Figura 35 – Carteira Pesca amadora



Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA
Secretaria de Monitoramento e Controle da Pesca e Aquicultura - SEMOC
Departamento de Registro da Pesca e Aquicultura - DRPA
Coordenação Geral de Registro e Licenças da Pesca Amadora - CGRPA

LICENÇA PARA PESCA AMADORA

Data de validade:

Esta licença comprova a inscrição do interessado no
Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP

Banco: - Nosso número:
Valor do Pagamento:
Linha digitável:

Devem ser respeitadas as normas específicas aplicáveis à Pesca Amadora.

Dúvidas e esclarecimentos: <http://www.mpa.gov.br>

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL MEDIANTE APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO.

No estado de Minas Gerais, o Decreto nº 43.713, de 14 de janeiro de 2004, atribui também ao IEF a emissão do registro para Pesca Amadora e enquadra este na categoria "A", onde tem a finalidade exclusiva de lazer ou recreação, permitindo o uso de anzol, chumbada, linha, vara ou caniço, molinete ou carretilha ou similar, iscas artificiais e naturais, e subdivide-se em duas subcategorias: embarcada e desembarcada.

Figura 36 – Carteira Pesca amadora



IEF Instituto Estadual de Florestas

CARTEIRA DE PESCA AMADORA

Categoria: ☐ A1 - Desembarcada ☐ A2 - Embarcada

Dados Pessoais:
Nome: _____
CPF: _____
Endereço: _____
Cidade: _____

FOTO 3X4 "OPCIONAL"

Preservação ambiental é um importante parâmetro na conservação dos rios e lagoas de Minas Gerais. Com a sua ajuda, os recursos da Carteira de Pesca serão aplicados pelo IEF na recuperação de matas ciliares, no pesqueiro dos rios, na fiscalização e na educação ambiental.

Número da Licença: 8900613687

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA - COMPROVANTE DE PAGAMENTO
Tenho confirmado art. 19 Inc. 3º do Decreto: 43.713 de 14-01-04

LICENÇA DE PESCA AMADORA

01 - CPF: _____ 02 - DATA DE EMISSÃO: _____ 03 - Nº DA LICENÇA: 8900613687
04 - NOME: _____ 05 - CÓDIGO DA LICENÇA: 0201
06 - ENDEREÇO: _____ 07 - BAIRRO: _____
08 - CIDADE: _____ 09 - CEP: _____ 10 - UF: _____

11 - DENOMINAÇÃO DA RECEITA
LICENÇA DE PESCA AMADORA
12 - TOTAL

13 - INSTRUÇÕES
Pagável na Caixa Econômica Federal / Lotéricas / Itau / Bradesco ou nos Correios
OBSERVAR O VALOR DA CATEGORIA (Custo Administrativo de 2 UFEMG incluído):
A1 - DESEMBARCADA R\$ 15,00 e A2 - EMBARCADA R\$ 35,00
RECEBER SOMENTE QUANDO COMPLETAMENTE PREENCHIDO COM OS DADOS PESSOAIS

86710000000 1 00001874616 4 40000000000 2 8900613687 9

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA
Tenho confirmado art. 19 Inc. 3º do Decreto: 43.713 de 14-01-04

Entretanto, percebe-se ao longo de toda área impactada, que várias pessoas realizam a atividade comercial de pesca se valendo da licença para pesca amadora, deixando-as em situação semelhante aos pescadores que não conseguiram se regulamentar com a Lei da Pesca.

A atividade de **Pesca de subsistência ou consumo** é aquela exercida por pessoas que praticam a atividade de pesca com fins de consumo doméstico ou escambo sem fins de lucro e que utilizem petrechos previstos em legislação específica. (Lei Geral de Pesca 11.959/2009 e Decreto 8425-03/2015). Trata-se de uma atividade que visa à garantia da segurança alimentar do indivíduo e sua família.

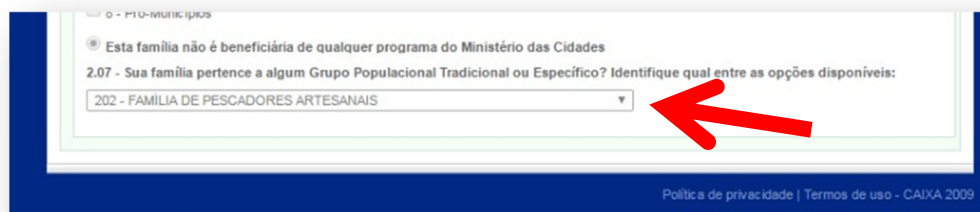
Este grupo específico, devido sua natureza de extrema informalidade, constitui um desafio em termos de comprovação o qual a Fundação Renova está adotando técnicas proativas de reconhecimento de atividade. Existe uma expectativa que estas técnicas possibilitem, inclusive, o reconhecimento do impacto em atividades como **marisqueiros, limpadores de peixe, lavadeiras** e outras atividades ligadas ou não à pesca.

Uma das técnicas é a **busca documental ativa**, a qual a Fundação se propõe a proativamente buscar comprovações de atividade para as pessoas impactadas em fontes do governo, instituições de ensino, instituições privadas e qualquer outra instância que possua algum tipo de evidência de atividade da pessoa impactada. Desta maneira, a pessoa impactada não necessita de comprovar a atividade realizada pela mesma à época do rompimento, uma vez que a Fundação Renova realizará esta função de comprovação.

Para realização desta busca documental ativa, as principais ferramentas usadas são:

- **CADÚnico:** É o cadastro do governo federal (operacionalizado pela Caixa Econômica Federal) que reúne informações sobre famílias de baixa renda que ganham até meio salário mínimo por pessoa ou que possuam renda familiar de até 3 salários mínimos. No cadastro é possível buscar possíveis evidências de atividade de pesca antes de

2015. É um cadastro que possui abrangência considerável para o público de pescadores, pois dá acesso a programas assistencialistas do governo federal.



o - PRO-MUNICIPIOS

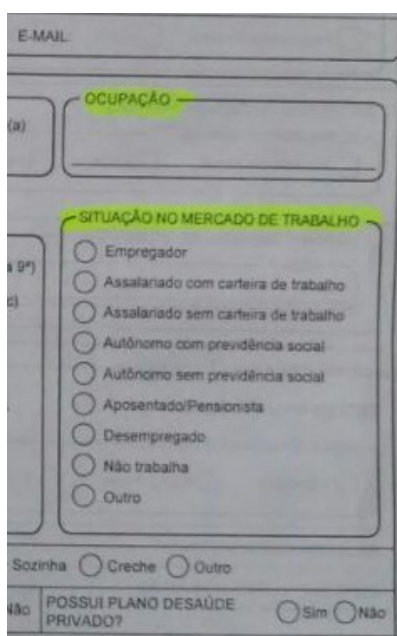
☒ Esta família não é beneficiária de qualquer programa do Ministério das Cidades

2.07 - Sua família pertence a algum Grupo Populacional Tradicional ou Específico? Identifique qual entre as opções disponíveis:

202 - FAMÍLIA DE PESCADORES ARTESANAIS

Política de privacidade | Termos de uso - CAIXA 2009

- **PSF (Programa de Saúde Familiar):** Através dos “cadastros individuais” dos programas de saúde familiar, também é possível reunir evidências que estas pessoas praticavam atividades de pesca anteriormente ao evento. Estas fichas são preenchidas por agentes comunitários municipais e contam com uma capilaridade significativa dentro dos municípios.



E-MAIL

OCUPAÇÃO

(a)

SITUAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

(b)

(c)

☐ Empregador

☐ Assalariado com carteira de trabalho

☐ Assalariado sem carteira de trabalho

☐ Autônomo com previdência social

☐ Autônomo sem previdência social

☐ Aposentado/Pensionista

☐ Desempregado

☐ Não trabalha

☐ Outro

Sozinha ☐ Creche ☐ Outro

POSSUI PLANO DE SAÚDE PRIVADO? ☐ Sim ☐ Não

- **CRAS (Centro de Referência de Assistência Social):** Os CRAS dos municípios contam com questionários próprios onde constam informações se o morador pertence a algum grupo tradicional, como por exemplo, pescadores artesanais.
- **Secretarias Municipais de Assistência Social:** Estas secretarias dos municípios impactados contam com levantamentos anteriores ao rompimento de pessoas em situação de vulnerabilidade ou em áreas remotas do município.
- **IBAMA MG E ES:** Através de solicitação das carteiras antigas de Pesca até 2009;
- **Bancos:** Através das informações do Cadastro Bancário onde é citado o ofício;
- **Ministérios:** Através da realização de eventos ou mapeamento de pescadores para ações sociais;
- **Empresas de Grande Porte:** Através de trabalhos de EIA – RIMA realizados ao longo do Rio Doce e ao Longo da Zona Costeira afetada, para mapeamento de pescadores, sejam eles os que receberam indenizações e/ou que participaram de ações sociais das referidas empresas;
- **Empresas de Marketing:** Através da Coleta de participação das pessoas onde há declaração de ofício;
- **Operadoras de Telefonia:** Através da declaração de ofício no cadastramento da linha telefônica ou compra de TV a cabo;

Importante frisar que todas as informações acima só serão acessadas com a devida formalização e autorização por parte da pessoa impactada, garantindo o direito de reserva da mesma.

Outra técnica que está sendo utilizada são os **grupos de auto reconhecimento** ao longo do rio Doce, onde são feitas abordagens através de metodologias antropológicas em pequenos grupos de pessoas impactadas. Com esta técnica é possível uma precisão maior na identificação dos ofícios realizados pelas pessoas antes do rompimento. Entretanto, o maior benefício desta prática é a validação da população local das pessoas ali consideradas como impactadas, o que evita descontentamentos percebidos em campo de eventuais ressarcimentos feitos a pessoas que não são da região ou não praticavam o ofício autodeclarado.

8.6.2 Classificação quanto à região pesqueira

Foram identificadas três regiões pesqueiras com características semelhantes, as quais são: (i) **Região continental**; (ii) **Região estuarina** e (iii) **Região marinha**.

A **região continental** da bacia hidrográfica do Rio Doce compreende o setor pesqueiro que se encontra na porção que vai desde o encontro do Rio Piranga com o Rio do Carmo (onde se inicia o Rio Doce) (UTM 23 K 717718.77 m E / 7756528.99 m S) até a altura da fazenda Boa Vista no Município de Linhares-ES (24K 388128.05 m E / 7853374.32 m S).

A região **estuarina** compreende a foz do Rio Doce, com maior significância para os pescadores baseados nos distritos de Povoação e Regência e que realizam atividades pesqueiras tanto na foz do rio quanto nas adjacências marinhas.

Por último, considerou-se a região **marinha** compreendendo a faixa costeira entre Degredo (Linhares) ao norte e Barra do Riacho (Aracruz) ao sul,

com exceção da foz, sendo a característica da pesca nesta região exclusivamente na área marítima.

8.6.3 Classificação quanto à categoria de pesca

A seguinte distribuição de categorias de pesca foi levantada durante as reuniões com os representantes da pesca:

- a. Pescador Desembarcado;
- b. Pescador e dono de barco a remo;
- c. Pescador e dono de barco de frota camaroeira;
- d. Pescador e dono de barco de frota de linha e emalhe;
- e. Pescador e dono de barco com motor de popa;
- f. Pescador e dono de barco com motor de centro;
- g. Pescador (Tripulante) embarcado em barco frota camaroeira;
- h. Pescador (Tripulante) embarcado em barco frota emalhe;
- i. Pescador (Tripulante) embarcado em barco motor de centro;
- j. Pescador (Tripulante) embarcado em barco motor de popa;

Além dos subgrupos de:

- k. Armador de Pesca ou Proprietário de Embarcação de frota camaroeira;
- l. Armador de Pesca ou Proprietário de Embarcação frota emalhe;
- m. Armador de Pesca ou Proprietário de Embarcação Pesqueira de motor de centro.

8.7 Composição da proposta indenizatória

A proposta indenizatória para os danos relativos à pesca considerou um horizonte indenizatório de **05 anos** (60 meses) contados a partir da data de 05 de novembro de 2015. Considerou-se, para estabelecimento deste prazo, o entendimento jurisprudencial que considera o período de 02 a 05 anos como suficiente para que o pescador impactado em seu ofício possa buscar uma atividade profissional alternativa, ou exercer sua atividade originária em outro local que não esteja impactado pela proibição. Logicamente, se a pesca for

totalmente liberada no Rio Doce (atualmente há apenas uma proibição parcial na porção mineira do rio) e na região da foz, os impactados pelo rompimento poderiam retomar o exercício da pesca no local originário, não havendo que se cogitar a possibilidade de devolução dos valores recebidos a título de indenização por lucros cessantes.

Considerando esses precedentes, a proposta indenizatória é dividida da seguinte forma:

- a. **Lucro Cessante:** Parcela relativa à interrupção da atividade laboral e comercial pelo período no qual o pescador esteve impossibilitado de realizar atividade de pesca. O lucro cessante, tanto dos meses passados quanto do período futuro considerado, é trazido para valor presente líquido (VPL) no momento da assinatura do acordo e pago em uma parcela. Nas propostas indenizatórias apenas o grupo de pessoas que pescam por subsistência ou consumo não fazem jus a parcela de lucro cessante pela razão óbvia que sua atividade de pesca não era voltada à obtenção de renda, mas sim relacionada à sua segurança alimentar.
- b. **Recomposição alimentar:** Parcela relativa ao autoconsumo da produção da pesca pelo núcleo familiar do pescador. Tendo em vista que quase a totalidade dos pescadores autodeclararam consumir parte da própria produção, o valor de uma cesta básica é calculado ao longo de todo o período considerado e pago à pessoa impactada. Por ter característica alimentar, este valor não sofre correção monetária, e é a somatória aritmética simples do valor devido ao longo dos 60 meses.
- c. **Perdas materiais:** Trata-se do valor destinado ao ressarcimento de eventuais perdas materiais sustentadas pelo pescador durante o período sem atividade assim como o custeio de meios que permitam a continuidade da pesca em outros locais como, por exemplo, a compra de reboques para transporte de barco, aumento de custos com combustível para deslocamento para outros mananciais ou aumento do custo com combustível da embarcação para pesca fora da área de proibição.

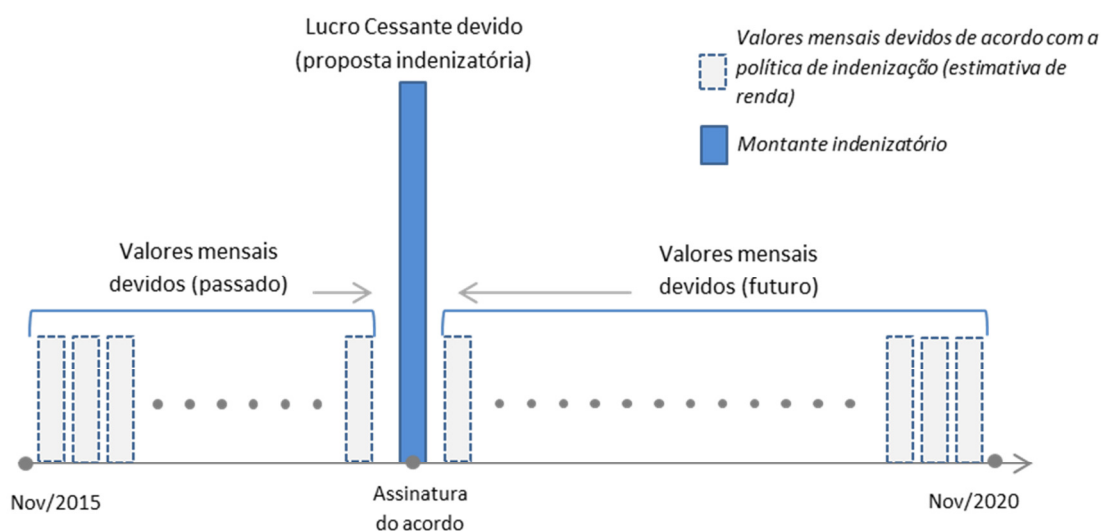
- d. **Danos morais:** Trata-se do valor relativo ao dano moral sustentado pela pessoa impactada ao ter sua atividade laboral impedida. Estes montantes seguem valores observados em jurisprudências brasileiras aplicáveis.

O cálculo da parcela devida a título de lucro cessante é feito considerando as rendas mensais auferidas pelos pescadores ao longo de todo período indenizatório. Um dos principais objetivos da política de indenização da pesca é a identificação, conjunta com a população impactada, da remuneração mensal típica das classes de atividade de pesca identificadas no estudo. Uma vez estimada a renda mensal, a mesma é trazida a valor presente líquido, valor este que compõe a proposta ao pescador.

O objetivo de se obter uma estimativa para a renda de cada grupo de pesca é possibilitar que seja recomposto a condição econômica do pescador anterior ao evento. Para isso é necessário conhecer a renda média de cada grupo. A adoção de um valor único para todos os grupos de pescadores, independentemente do seu posicionamento produtivo na cadeia pesqueira, não seria isonômico e provavelmente traria impactos sociais e conflitos entre os próprios impactados.

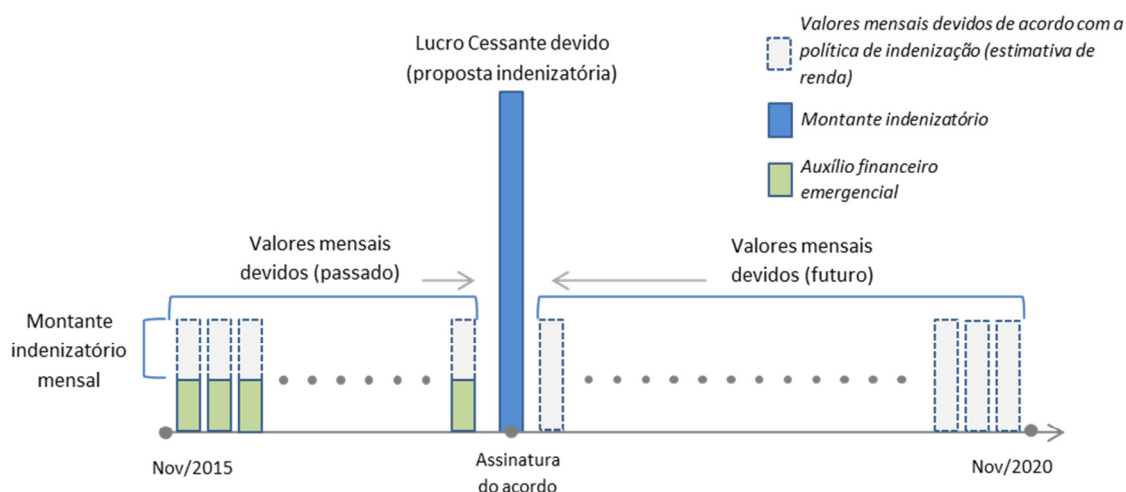
Para efeitos de entendimento da dinâmica do pagamento, se faz importante entender o método de contabilização do lucro cessante para os possíveis casos. Um pescador que foi considerado impactado, elegível à indenização, porém nunca recebeu o auxílio financeiro emergencial, receberá todo o montante devido dos 60 meses e corrigido pelo IPCA. No ato do recebimento, o pescador terá a sua condição econômica recomposta pelo horizonte indenizatório considerado. Esta situação específica pode ser verificada através da representação abaixo.

Figura 37: Representação do pagamento de lucro cessante para pessoas que não recebem auxílio financeiro



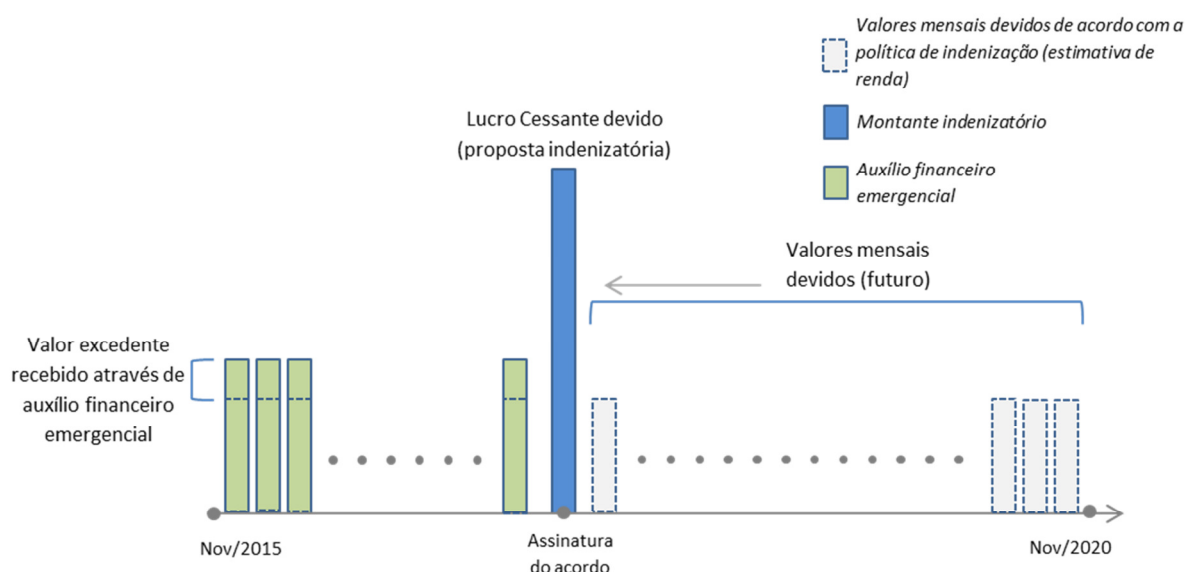
Outra situação possível é a indenização devida para um pescador que recebe o auxílio financeiro cujo valor mensal é inferior a sua renda estimada na política de indenização. Neste caso, a indenização complementar os valores recebidos no passado para que a indenização final da pessoa impactada seja compatível com suas condições econômicas antes do rompimento da barragem.

Figura 38: Representação do pagamento de lucro cessante para pessoas que recebem auxílio emergencial inferior à renda antes do rompimento



Por fim, existe uma terceira situação onde o auxílio financeiro emergencial pago desde o rompimento provou-se maior do que o rendimento mensal do pescador antes da passagem da pluma de turbidez. Neste caso não haverá cobrança retroativa dos valores excedentes pagos a título de auxílio financeiro e os valores futuros devidos serão trazidos a valor presente líquido.

Figura 39: Representação do pagamento de lucro cessante para pessoas que recebem auxílio emergencial superior à renda antes do rompimento



O recebimento da indenização visa a prover um razoável horizonte econômico para o pescador. Após a assinatura do acordo, a Fundação Renova realiza o depósito do valor indenizatório em até 90 dias. Caso o pescador receba o auxílio financeiro emergencial, o mesmo continuará recebendo pelos três meses subsequentes ao acordo até que haja o depósito da indenização final. O montante final a ser pago já leva em consideração o recebimento dos três meses de auxílio.

O estabelecimento dos valores indenizatórios a título de danos morais foi determinado conforme parâmetros jurisprudenciais brasileiros. Podem-se destacar alguns casos abaixo:

- a. Vazamento de nafta em área marinha causando proibição da pesca por período de um mês (STJ – RESP 1.114.389 – Recurso Repetitivo de Controvérsia – Outubro 2001). Danos morais: R\$ 2.000,00
- b. Vazamento de óleo com consequente proibição da pesca por período superior a seis meses (STJ – RESP Nº 1.346.430 – PR – Outubro 2012). Danos morais: R\$ 16.000,00
- c. Vazamento de amônia às margens do rio Sergipe causando grande mortandade de peixes (TJ SERGIPE – APELAÇÃO CÍVEL Nº 10294/2011). Danos morais: R\$ 3.000,00
- d. Vazamento de óleo na baía da Babitonga (SC) causando severos danos ao entorno (TJ SANTA CATARINA – APELAÇÃO CÍVEL Nº 2012.026480-7 – 2013). Danos morais: R\$ 6.450,00

O valor proposto do dano moral para os pescadores profissionais tratados na política de indenização é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). Este valor é superior a diversos julgados sobre o tema (proibição de pesca e impedimento de ofício) e leva em consideração que, apesar da severidade do dano, ações de remediação foram tomadas ao longo do período considerado como o provimento de auxílio financeiro emergencial e outros programas de reparação ambiental.

Ressalta-se que os julgados que fixam valores de indenização superior a R\$10.000,00 (dez mil reais), via de regra, refletem casos em que o causador do dano não prestou nenhum auxílio aos impactados durante o período de proibição

da pesca, o que não se aplica ao presente caso, tendo em vista que a Samarco e, posteriormente, a Fundação Renova entregaram auxílio aos impactados desde a ocorrência do evento.

8.8 Metodologia de Cálculo das Rendas Mensais

8.8.1 Definição e escolha da modelagem matemática para a indenização

Seguindo as premissas da modelagem matemática, à qual pretende expressar a realidade local, optou-se, dentre várias metodologias propostas, pela Captura por Unidade de Esforço (CPUE) recomendada por Sparre et al (1989). Estes autores aconselham o uso de modelos sintéticos em situações onde os dados não estão disponíveis, em quantidade e qualidade, para a aplicação de modelos analíticos. Assim como já defendiam Pitcher e Hart (1982), quando reconheceram que, em termos práticos, a maior vantagem desses modelos sintéticos é: requer somente dados de captura e esforço de pesca, que é uma informação normalmente acumulada ao longo de muitos anos nas pescarias.

A CPUE é utilizada na maioria dos estudos científicos que pretendem medir: renda estimada por pescador, a qual é obtida pela formula mais simples e direta, como a seguir:

$$\Delta \text{ renda bruta} = \frac{\sum(\text{quantidade de espécies} \times \text{preço comercializado})}{\Delta \text{ tempo}}$$

Nesta formula, obtém-se a estimativa de renda bruta, porém há de se fazer considerações com relação aos custos, principalmente para os casos de uso de propulsão a motores de centro ou de popa (combustível, manutenção), manutenção das embarcações (pintura, calafetagem, etc.); materiais de armazenamento e conservação (gelo, energia para silo, etc).

8.8.2 Levantamento de Custos:

$$\Delta \text{ renda bruta} - \Delta \text{ Custos da atividade} = \text{Renda líquida}$$

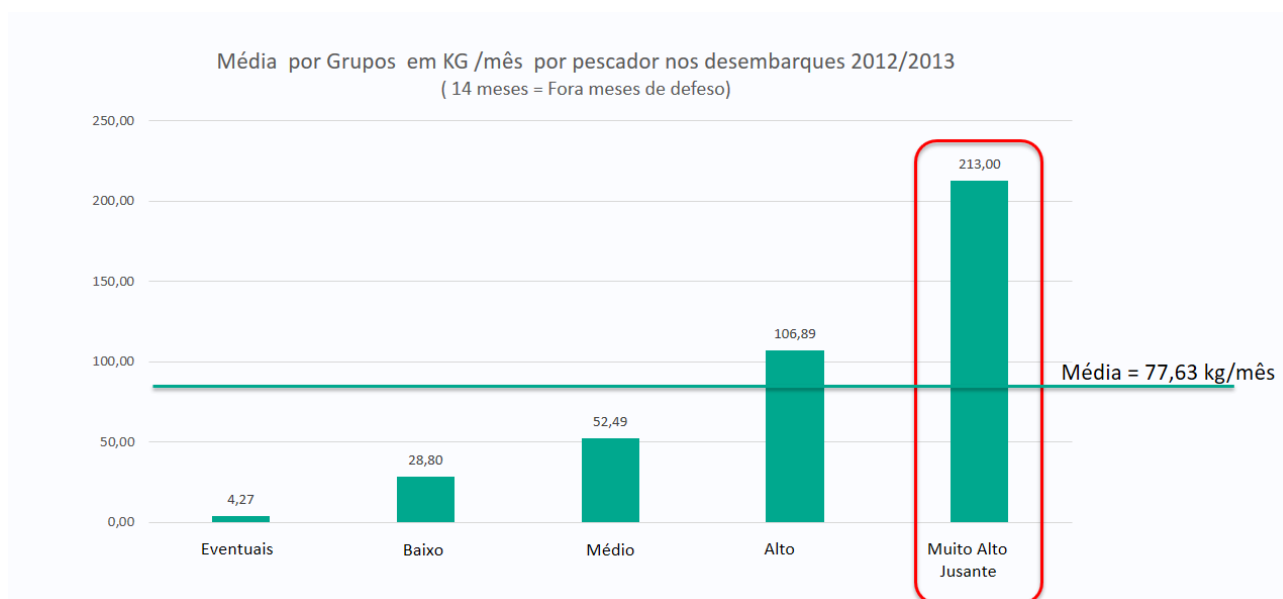
Com o objetivo de analisar os custos da Pesca Artesanal, optou-se por dividir em três eixos, onde são descritas as despesas com insumo, sendo estas: Combustível (Diesel ou gasolina); Conservação dos Pescados “in natura” (gelo); e Manutenção das embarcações pesqueiras (pintura, calafetagem, manutenção mecânica e suas respectivas mãos de obras).

8.8.3 Levantamento de renda para o setor pesqueiro Continental

O principal documento de referência de rentabilidade e produção utilizado foi o Relatório de Caracterização Sócio Econômica da região da Usina Hidrelétrica de Baguari, parte integrante da Ação Civil Pública contra a Hidrelétrica. Documento este que foi também recomendado pela Colônia de Pesca Z 19 de Governador Valadares, através de ofício protocolado junto a Fundação Renova.

O estudo realizado pela UH de Baguari, entre 2012 e 2013, apontou médias de produção por pescador no rio conforme gráfico a seguir. É possível notar que o estudo classificou os pescadores em alguns grupos relacionados a frequência de pesca.

Figura 40 - Representação da pesca do monitoramento sócio econômico da Usina Hidrelétrica de Baguari



Assim optou-se por considerar como referência este relatório de monitoramento sócio econômico da Usina Hidrelétrica de Baguari, e em especial o grupo de pescadores com a maior média de desembarque aferido pelo estudo. Portanto, embora a média entre os pescadores seja 77,63 Kg/mês de peixe desembarcado, a Fundação Renova irá considerar a média dos maiores desembarques, 213,0 Kg/mês, para os pescadores com barco a motor de popa na região continental (ao longo do Rio Doce).

Aplicando-se a matriz / Modelagem matemática teremos:

$$\Delta \text{ renda bruta} - \Delta \text{ Custos da atividade} = \text{Renda líquida}$$

O estudo contempla os vários tipos de espécies levantadas no desembarque pesqueiro e seus respectivos valores venais, sendo possível, assim, inferir a renda mensal da atividade de pesca desta região. Os valores de renda líquida encontrados serão trazidos para valores presentes para o ano de 2017 com correção pelo IPCA. Esta será a base de renda para o cálculo do lucro cessante de cada categoria de pesca.

Para adaptação dos casos projetados a partir do cadastro integrado, temos as seguintes situações em campo: Pescador (a) Desembarcado, ou de barranco aqueles que não possuem barcos de qualquer espécie e costumam praticar suas atividades nas margens do rio (barranco) ou entre pedras com uso de petrechos como espinhel, molinete, e outros tipos de linha ou com o auxílio de tarrafas. Uma vez calculado o valor de renda dos pescadores embarcados motorizados que foram objeto de estudo do desembarque pesqueiro, utiliza-se um fator de proporcionalidade para inferir a renda dos pescadores de embarcação a remo e dos pescadores desembarcados. Esta proporcionalidade reflete a diferença na capacidade de pesca de cada modalidade, considerando as limitações de deslocamento pelo rio, abrangência da pesca, quantidade de apetrechos e outros.

Pescador dono de barco a remo que já utiliza além dos petrechos citados para desembarcado consegue aferir resultados de pesca com rede de espera também, mas limitado a uma área menor, pelo limite de esforço do remo se comparado a motor de popa.

8.8.4 Levantamento de renda para os setores pesqueiros estuarinos e marinhos

Para a área chamada Região Estuarina e Foz, a metodologia partiu do diálogo com os diversos atores na cadeia da pesca, sobretudo, lideranças e técnicos do setor aliados aos estudos da estatística pesqueiras do IBGE e da UFES.

Assim foram listadas as espécies de maior interesse dos pescadores locais e aferidos os valores praticados pela série histórica de preços no CEASA. Considerando uma média declarada cruzada, a média aferida na estatística pesqueira para motores de nível médio de desembarque segundo estatística pesqueira 2011 e 2012.

As espécies foram: Robalo, Carapeba, Manjuba, Pescadinha, Dorminhoco, Guaibira, Cacari ou Bagre, Corvina, Pescada selvagem, e Tainha.

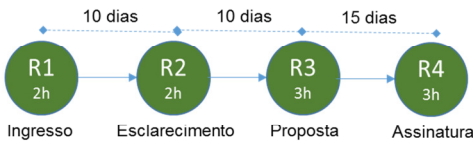





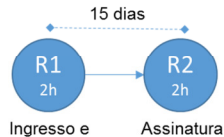




Devido ao fato do pescador de região estuarina possuir disponibilidade de alteração do local de pesca, por ser muito comum entre os pescadores desta região onde podem pescar tanto no rio como mar, o cálculo de precificação de pesca marinha foi utilizado para a pesca estuarina.

9 ATENDIMENTOS

Uma vez definida a política de atendimento com todos os parâmetros que permitem a composição da proposta e pactuados juntos à população impactada, ocorrem os atendimentos nos escritórios de indenização.

No caso específico da pesca, por se tratar de parâmetros já amplamente discutidos e negociados com os representantes dos grupos impactados ao longo do território, o atendimento passa a ser no modelo simplificado. Abaixo segue uma comparação entre o modelo tradicional utilizado no PIM (completo) e o modelo simplificado que será aplicado às pessoas que tiveram danos relativos à pesca após aprovação da política indenizatória.

Figura 41 – Comparação entre métodos de atendimento

Atendimento	Processo	Esforço	Comprovação
Completo	 <p>R1 2h Ingresso → R2 2h Esclarecimento → R3 3h Proposta → R4 3h Assinatura</p> <p>Intervalos: 10 dias, 10 dias, 15 dias</p>	 <p>13hh de mediador + <u>19hh de analista</u> 32hh total</p>	 Identificação  Residência em área impactada à época do evento  Comprovante de ofício  Renda
Simplificado	 <p>R1 2h Ingresso e Proposta → R2 2h Assinatura</p> <p>Intervalo: 15 dias</p>	 <p>4hh de mediador + <u>2hh de analista</u> 6hh total</p>	 Identificação  Residência em área impactada à época do evento  Comprovante de ofício

Para os outros grupos de danos (areeiros e empreendedores de turismo), embora os mesmos tenham passado pela construção das políticas indenizatórias, devido a complexidade do cálculo dos seus danos, eles continuam sendo atendidos pelo método convencional (atendimento completo), porém com uma flexibilização bem maior das comprovações que originalmente seriam solicitadas, o que também leva a redução no tempo de atendimento.

9.1 Convocação dos impactados

A convocação das pessoas impactadas para participar do PIM Danos Gerais é realizada através de contato proativo, feito pelos mediadores dos Centros de Indenização Mediada. A pessoa que foi cadastrada e passou pelos critérios de elegibilidade do PIM é convidada a participar do programa através de uma ligação telefônica. Portanto, uma vez cadastrada, a pessoa impactada não precisa entrar em contato com a Fundação Renova, mas sim, aguardar a convocação.

Caso não seja possível o contato telefônico com a pessoa, o seguinte fluxo de tentativa de contato é seguido:

- 6 ligações telefônicas;
- Envio de carta com AR;
- Envio de SMS ou Whatsapp;
- Envio de e-mail;
- Visita domiciliar (equipe de diálogo da Fundação);
- Articulação com prefeituras (CRAS);
- Cruzamento com banco de dados do CADÚnico;

Findadas todas estas tentativas, a pessoa impactada é reportada com não encontrada para fins de indenização.

9.2 Opções para o impactado no âmbito do PIM e relação com o auxílio emergencial

É importante destacar que as pessoas impactadas poderão optar por quatro maneiras de serem atendidas, sendo que ela poderá escolher, inclusive, a de maior valor. Cada pessoa impactada poderá avaliar o que é mais adequado para seu caso e prevalecerá a autonomia de escolha de cada pessoa.

- **Atendimento via política de indenização:** Destinada àquelas pessoas que não possuem as comprovações necessárias de renda, ofício ou dano para participar do processo convencional de indenização. Nesta modalidade de atendimento, basta trazer comprovações básicas como identidade, residência, posse e outras. Comprovações de maior complexidade como renda e duração do dano não são necessárias, uma vez que são parâmetros estimados em consenso na política indenizatória.
- **Atendimento por comprovação:** Destinado àquelas pessoas que possuem toda a comprovação necessária para levantamento do seu dano. Neste caso, a pessoa será indenizada de acordo com o montante levantado através destes documentos como, por exemplo: declaração de imposto de renda, notas fiscais de venda, comprovação de tempo de incidência do dano e outros.
- **Permanência do recebimento do auxílio financeiro emergencial:** Neste caso a pessoa pode optar por não realizar o acordo final de indenização no PIM neste momento e permanecer recebendo o auxílio financeiro emergencial no valor original até que as condições para recebimento deste valor sejam cessadas. Caso tenha direito a outras compensações ou reparações imediatas e que independem do término do dano, o impactado poderá indenizado no PIM recebendo valores relativos aos demais danos, tais como dano moral ou outras perdas materiais, se for o caso. Entretanto, caso a pessoa opte por essa modalidade, a mesma não poderá requerer os valores de lucro cessante (perda de renda) pós término do auxílio conforme será pago via política de indenização.

Exemplo: Uma determinada política estabelece o pagamento por 5 anos e a pessoa opta por continuar recebendo o auxílio. Para essa escolha, caso o dano cesse, por exemplo, ao fim do terceiro ano, a pessoa não poderá solicitar o pagamento da parte de renda oferecida pela política para os dois anos subsequentes.

- **Não celebração do acordo:** Neste caso, a pessoa impactada que não recebe auxílio financeiro emergencial pode escolher não aderir ao PIM e buscar vias judiciais para solução de seus pleitos.




Independentemente da opção ou situação acima relacionada que a pessoa impactada se encontra, cabe esclarecer que o recebimento de **danos morais** para pessoas de uma mesma classe laboral é feito através do pagamento de valores iguais entre todos os indivíduos impactados daquele grupo. Não há distinção, por exemplo, entre pessoas que recebiam o auxílio financeiro e pessoas que não recebiam o auxílio financeiro quando se trata de pagamento de danos morais, sendo que todos recebem o mesmo valor.

O pagamento de danos morais advém do fato da impossibilidade do prosseguimento da prática profissional daquela pessoa e a consequente incerteza com relação ao futuro, fatores estes que caracterizam sofrimento, sem dúvida, maior do que mero dissabor ou aborrecimento. A esta condição de incerteza estão todos os impactados de um mesmo grupo submetidos, sejam aqueles que recebem auxílio financeiro ou não. Entretanto, é óbvio que a diferenciação entre os dois casos citados ocorrerá no pagamento do lucro cessante, onde a pessoa que não recebeu o auxílio financeiro receberá uma indenização maior do que a pessoa que recebeu. Jurisprudências brasileiras de casos semelhantes levam em consideração, na determinação do valor do dano moral a ser pago, as ações realizadas pela causadora do dano como um todo. Neste caso, a Fundação Renova realizou, como um todo, ações mitigatórias como auxílio financeiro emergencial, fornecimento de água potável, fornecimento de alimentação animal e outros que atenderam a população impactada de maneira heterogênea, mas deixando claro o esforço na mitigação do dano.

Com relação aos documentos comprobatórios, a comprovação de residência segue o mesmo padrão já utilizado em outras iniciativas de

indenização como, por exemplo, as indenizações por danos de desabastecimento de água. É um protocolo de documentos flexível e exaustivamente testado ao longo dos atendimentos já realizados.

Figura 42 – Comprovações Necessárias

	Identificação do Impactado
	Comprovação de residência em área impactada à época do rompimento da barragem
	Comprovação Laboral

O TTAC descreve critérios de priorização que levam em consideração o impacto na comunidade local e a vulnerabilidade da mesma. Neste sentido, a cláusula 32º dispõe:

“CLÁUSULA 32: O PROGRAMA deverá priorizar a reparação dos IMPACTADOS residentes nos municípios e distritos de Mariana, Barra Longa, Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado, Mascarenhas, Regência e Povoação.”

O PIM realizou os primeiros atendimentos do programa no município de Barra Longa e no distrito de Regência, seguindo a priorização. Em seguida, realizou atendimentos em Povoação, Mascarenhas, Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado, entretanto, a informalidade e falta de comprovação levou a não possibilidade de prosseguimento dos atendimentos devido ao tempo necessário para construção das políticas de indenização. Enquanto não é possível utilizar as políticas, outros atendimentos em municípios diversos estão sendo realizados.

Vale lembrar que o atendimento em Mariana não foi iniciado devido a não participação da população local na etapa de Cadastro Integrado por razão da contratação de assessoria técnica para o cadastramento.

9.3 Assistência jurídica

Conforme estabelecido na Cláusula 38ª do TTAC, a Fundação Renova deverá promover assessoria jurídica gratuita aos impactados – em especial às populações vulneráveis – que não tiverem representados por advogados, na celebração dos acordos firmados no âmbito do PIM. O parágrafo único da referida cláusula, por sua vez, estabelece que Fundação poderá celebrar parcerias com as Defensorias Públicas e com a Ordem dos Advogados do Brasil (“OAB”) para atendimento a tal determinação.

Neste contexto, a equipe do PIM, desde a fase pré-operacional do programa, vem mantendo diálogo com as Defensorias Públicas dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, bem como com a Defensoria Pública da União visando ao atendimento dos impactados que não estão representados por advogados.

Ocorre que, atualmente, estão em operação escritórios do PIM, que funcionam de segunda a sexta-feira, no horário de 08h às 18h, para atendimento dos impactados e celebração dos acordos de indenização. Ainda que uma parcela significativa dos impactados esteja assistida por advogados, é pouco provável que as Defensorias Públicas dos Estados e da União tenham disponibilidade de assistir os demais impactados na celebração dos acordos, principalmente se considerado que os escritórios do PIM estão localizados em 16 cidades do território impactado, sendo que na maioria delas não há sede das Defensorias.

Neste contexto, o presente documento visa a apresentar a proposta da Fundação Renova para garantir a assistência jurídica a todos os impactados que serão atendidos no PIM e não estão assistidos por advogados.

9.3.1 Plano de Assistência Jurídica aos Impactados

Considerando o trabalho que já vem sendo realizado pelas Defensorias Públicas dos Estados e da União desde o rompimento da barragem do Fundão, no dia 05.11.2015, e a confiança dos impactados nos Defensores Públicos que os assistem, a Fundação entende que a assessoria jurídica a ser fornecida no âmbito do PIM deve ser complementar aos esforços da Defensoria. Isto é, quando não for possível o atendimento dos impactados pelos Defensores, esses poderiam contar com a assessoria jurídica gratuita dos advogados externos, custeada pela Fundação.

Nesse contexto, a fim de garantir a plena assistência jurídica aos impactados, o plano da Fundação consiste em disponibilizar um advogado e um

estagiário de direito por escritório do PIM Danos Gerais, que ficariam disponíveis para atendimento durante todo o horário de funcionamento dos escritórios, para esclarecimento de dúvidas, análise e aconselhamento do caso e da proposta indenizatória apresentada, bem como para auxiliar os impactados na obtenção de documentos comprobatórios de seus pleitos juntos à Fundação.

Para garantir a imparcialidade destes profissionais, que serão remunerados pela Fundação, serão firmados convênios com as OABs dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo para indicação dos advogados, que, preferencialmente, devem residir nas cidades onde estão localizados os escritórios do PIM. Os estagiários de direito, da mesma forma, serão indicados pelas Universidades do território impactado previamente conveniadas pela Fundação e serão supervisionados pelo advogado indicado pela OAB para atuação em seu respectivo escritório do PIM.

Dessa forma, entende-se que os impactados estarão integralmente assistidos durante as negociações mantidas pela Fundação no âmbito do PIM, na medida em que poderão contar com o apoio das Defensorias Públicas dos Estados e da União, que já vem os assistindo em muitas negociações, desempenhando relevante papel no processo de indenização das pessoas impactadas pelo rompimento da barragem. De forma complementar ao trabalho desenvolvido pelos Defensores Públicos, os impactados poderão contar com a assistência jurídica gratuita dos advogados e estagiários de direito que serão alocados em todos os escritórios do PIM Danos Gerais.

10 AÇÕES APÓS INDENIZAÇÃO

Independente da forma como o impactado opte pelo processo indenizatório (conforme alternativas mencionadas anteriormente), a Fundação Renova, através dos demais programas previstos no TTAC, implantará ações que busquem assegurar:

- Acesso à informação sobre educação financeira;
- Possibilidades de atividades de geração de renda;
- Acesso à qualificação e requalificação no mundo do trabalho;
- Em parceria com o poder público, assegurar o acompanhamento das Famílias, nos CRAS, na perspectiva de fortalecer os vínculos familiares,

uma vez que o aspecto econômico possibilita alterações nas relações sociais;

Assim, serão implementadas ações que busquem de fato a proteção para as famílias e os indivíduos, no momento que começar a efetivar os pagamentos das indenizações. Tais ações serão focadas para os grupos mais vulneráveis, considerando que em alguns casos, os volumes de recursos financeiros que serão pagos são quantias das quais estes grupos não acessam no seu cotidiano.

No ato da indenização, com o apoio do programa de proteção social, informações sobre cuidados relacionados à educação financeira estarão disponíveis em formato impresso, para ajudar nas orientações para as famílias e indivíduo. Além disso, a Fundação Renova vem buscando convênio com a Caixa Econômica Federal, de forma que serão disponibilizados espaços físicos nos escritórios do PIM com o objetivo de:

- Efetuar a regularização de CPF quando necessário;
- Orientar sobre a regularização dos demais documentos;
- Orientar como regularizar o CPF caso o problema esteja fora da alçada da CEF;
- Orientar as pessoas como fazer o bom uso dos recursos financeiros, através de um programa de educação financeira. Será disponibilizada uma cartilha contendo informações de cunho social, econômico e financeiro;
- Abrir contas de poupança ou contas correntes para as pessoas que tenham interesse.

Não obstante à educação financeira, o Programa de Proteção Social prevê no escopo que define o programa a execução de um projeto que promoverá um conjunto de ações integradas com o Programa ACESSUAS TRABALHO, do Governo Federal. O Programa de Proteção Social fará identificação das vulnerabilidades agravadas neste público impactado, a qual, uma das prováveis, é o acesso à renda. Está previsto a construção de planos municipais contendo ações que venham mitigar estas reparações.

Algumas ações de reparação relacionadas ao Programa de Proteção Social, prevista nos planos municipais, que suportarão os impactados indenizados pelo PIM, são listadas a seguir e buscam prover uma proteção para estas famílias e ou indivíduos que se apresentam frágeis neste aspecto:

- **Quem e quantos são** - A partir do cadastro Integrado, será feito o reconhecimento do perfil das famílias e ou indivíduos, objetivando uma primeira identificação de quem e quantos são assistidos pela Política de Assistência Social;
- **Após identificação** - Ação em conjunto com o CRAS, desenvolvida dentro da Política de Assistência Social, e que buscará a partir da identificação das vulnerabilidades e pagamentos das indenizações, fazer um acompanhamento destas famílias e ou indivíduos, dentro do Programa de Atenção Integrada da Família – PAIF. Assim, serão desenvolvidas ações conforme tipificação dos serviços socioassistenciais;
- **Geração de Renda** - Apoio à implantação de ações de geração de renda, observando as especificidades deste público vulneráveis. O Programa de Proteção Social buscará junto com o Programa de Inovação possibilitar o acesso deste grupo às atividades de geração de renda. Estas ações, além de observar a especificidade da vulnerabilidade, desenvolverá iniciativas de geração de renda com foco para os segmentos jovens, idosos, pessoas com deficiência e mulheres;
- **Mundo do trabalho** – O Programa de Proteção juntamente com o CRAS, desenvolverá ações que possibilitam o acesso destes grupos já especificados à qualificação e requalificação para o mundo do trabalho. Com a possibilidade de ter acesso a um valor monetário, criar oportunidade de nova inserção deste grupo no mundo do trabalho, por meio de parcerias que ajude a desenvolver empreendedorismos.

Quanto ao processo de recuperação dos micro e pequenos negócios, a Renova inicia, mesmo antes da conclusão do processo de indenização, um modelo de assessoria técnica individualizada, em parceria com o SEBRAE, no qual se primará pelo modelo de consultoria personalizada no formato “Negócio à

Negócio”, no qual o empreendedor atingido que aderir à proposta, receberá a visita de um consultor, que fará o diagnóstico das necessidades do empreendimento, no que diz respeito à processos de gestão, de mercado e da retomada do negócio propriamente dita.

Adicionalmente, em algumas regiões que tiveram um maior número de negócios diretamente afetados pelo rompimento da barragem, como Mariana, Regência e Povoação, a Renova buscará apoiar grupos produtivos locais, de base comunitária e sustentável, seguindo a metodologias adequadas a cada realidade – desde a promoção de Clusters e Arranjos Produtivos Locais até a perspectiva de promoção dos ecossistemas de mercados inclusivos.

As atividades para a retomada dos micro e pequenos negócios atingidos levarão em consideração duas vertentes, a saber: uma no modelo tradicional tendo como base as orientações contidas na Lei Geral da Micro e Pequena Empresa e cuja orientação será realizada por instituição reconhecida e ferramental disponível. Serão repassados aos microempreendedores informais, as informações pertinentes à formalização dos mesmos, segundo a figura do Microempreendedor Individual – MEI, afim de que os mesmos possam como formalizados, emitir notas fiscais e ter acesso ao mercado formal, incluindo as prefeituras na abrangência das compras governamentais (Lei Complementar – 123/2006), a qual possibilita um nicho específico para as micro e pequenas empresas.

No outro modelo, pretende-se incluir o conceito de “Negócios Sociais” ou de “Impacto Social”, que já conta no Brasil com um ecossistema de organizações e empreendedores, investidores, incubadores, aceleradoras, instituições de ensino e veículos de comunicação com foco no tema, os quais se retroalimentam na disseminação do conceito e na potencialização deste tipo de negócio. Este trabalho adotará como premissas básicas, a redução dos **custos de transação; a redução das condições de vulnerabilidade; a ampliação das possibilidades de aumento de renda; a promoção de oportunidades de desenvolvimento; o fortalecimento da cidadania e dos direitos individuais. Este modelo de negócio provoca o protagonismo do microempreendedor e utiliza métricas de avaliação reconhecidas**

internacionalmente como SROI, a qual verifica o impacto social do investimento.

Para implementação, será feita consulta aos micro e pequenos empreendedores sobre a pretensão ou não, de migrar para um novo negócio. No caso da resposta ser positiva, haverá um estudo das potencialidades e vocações para que um novo empreendimento possa ser viabilizado. O modelo de incubação levará em consideração a migração para um novo negócio no modelo tradicional e incubações de micro e pequenos negócios com base tecnológica e aceleração com parcerias, como a Rede Mineira de Inovação.

Entre os pescadores, maior grupo produtivo a ser indenizado, o programa de Desenvolvimento Sustentável da Atividade Pesqueira, que tem como principal objetivo a retomada da atividade pesqueira na região do Rio Doce e de sua Foz, implementará ações estruturadas de manejo pesqueiro sustentável, integração produtiva entre grupos de pescadores e a indústria da pesca e o desenvolvimento de alternativas de negócios coletivos sociais.

O programa divide-se em três linhas de trabalho:

- Manejo pesqueiro sustentável: Implementar um plano de recuperação da pesca e aquicultura, articulados com ações ambientais e infraestruturais.
- Alternativas de negócios coletivos sociais: Construir alternativas de negócios coletivos sociais, de forma participativa com a comunidade pesqueira impactada.
- Desenvolvimento do associativismo: Fortalecer associações, colônias e outras agremiações de pescadores, de maneira a potencializar sua inserção nas cadeias produtivas de valor da indústria pesqueira.

Assim, não somente pelos exemplos citados acima, a Fundação Renova busca integrar as ações coletivas previstas no TTAC à indenização individual no âmbito do PIM, de forma que os esforços sejam direcionados a efetivamente materializar ações que representam a construção de uma Política de Reparação Integrada a todos impactados.

11 CONCLUSÃO

Como foi exposto, a Fundação Renova empreende os melhores esforços para possibilitar o pagamento de indenizações mesmo em um ambiente de alta informalidade. A criação das políticas de indenização visa garantir uma forma isonômica e colaborativa junto às pessoas impactadas para possibilitar a construção de um método que possibilite os pagamentos de maneira justa e célere, evitando aumento da judicialização, que no caso de alta informalidade poderia prejudicar os impactados.

Sendo assim, a Fundação Renova vem requerer junto a este Comitê Interfederativo a aprovação da metodologia apresentada e a consequente utilização destas para prosseguimento das indenizações junto à população impactada, de forma justa e célere.